



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 635 - DE 2 A 16 MAIO DE 2021 - R\$ 4,00

Viva o 1º de Maio presencial, operário, socialista e internacionalista!



NÃO À IMPOSTURA DO 1º DE MAIO VIRTUAL DAS CENTRAIS SINDICAIS!

**Diante das 400 mil mortes, levantemos os punhos contra
a burguesia, o governo e o imperialismo genocidas**

**A tarefa do momento se concentra na luta por recuperar as forças
sociais organizadas do proletariado e demais trabalhadores**

**Somente com a estratégia da revolução e ditadura proletárias
é possível vencer a política de conciliação de classes e
conquistar a independência política dos explorados!**

A crise avança

De onde vem a tranquilidade de Bolsonaro?

O presidente da República diz estar tranquilo com a situação política. Isso porque não têm ocorrido manifestações que contestassem o seu governo. Entre os partidos da oposição, a avaliação é que o impeachment não caminha porque não conta com mobilizações de rua. Mas o fato é que as forças políticas opositoras não estão dispostas a promover nenhuma manifestação.

A preocupação de Bolsonaro com a CPI da Covid é que sirva de instrumento eleitoral da oposição. A confirmação no plenário do STF da suspeição de Moro restabeleceu os direitos políticos de Lula. O que não foi bom nem para Bolsonaro, nem para a oposição de centro-direita chefiada pelo PSDB. A CPI e a candidatura de Lula pavimentam o caminho da disputa eleitoral, ainda que as eleições estejam distantes.

Bolsonaro, seus generais e politiqueiros do Centrão estão em posição de realizar a virada que for necessária, para preservar a governabilidade em meio ao ritmo frenético da crise, objetivando diminuir a margem de manobra da oposição, que se alargou com o descontrole da pandemia e os mais de 400 mil mortos.

A adaptação do governo às diretrizes mundiais de Biden, sem precisar rechaçar o seu trumpismo, é a mais recente virada. Bolsonaro e o seu quarto ministro da Saúde esperam que o acordo de compra da vacina do laboratório norte-americano Pfizer contrabalance a investida de Doria com a Coronavac chinesa. A China poderá começar a perder a guerra comercial das vacinas, assim que os EUA estiverem imunizados e se sentirem relativamente seguros para liberar suas multinacionais à ofensiva mundial. Por estranho que pareça, Bolsonaro está obrigado a passar para o lado de Biden, se quiser fazer frente à pecha de genocida e aos resultados da CPI.

O fundamental para a governabilidade é que não se perca a iniciativa política e se mantenha a luta de classes amortecida. Depois de debandar para o lado de Biden na Cúpula do Clima, Bolsonaro correu a ativar a entrega da Base de Alcântara ao imperialismo. O plano de privatizações de Paulo Guedes já vinha sendo impulsionado, com os leilões dos aeroportos. Está em andamento as privatizações da Eletrobras, das refinarias da Petrobras e das ferrovias. A abertura de capital da Caixa de Seguridade na Bol-

sa de Valores revela a disposição de Bolsonaro de ir longe com a desestatização e desnacionalização.

Não há, porém, como apenas contentar o grande capital e o imperialismo com as oferendas. Observa-se que fez parte desse jogo a aprovação do Orçamento, em que se entregam bilhões de reais em verba para os parlamentares e desonera em muitos bilhões setores capitalistas e igrejas. O capital financeiro não aprovou a manobra que contorna o Teto dos Gastos, critério que rege a diretriz orçamentária voltada a garantir o superávit primário e o pagamento da gigantesca carga de juros proveniente da dívida pública.

É visível a decomposição da política burguesa, e a continuidade da crise sanitária e econômica, que recaem sobre a maioria oprimida. O movimento de aproximação e distanciamento do grande capital a Bolsonaro é típico do quadro de instabilidade. O país passa por uma profunda divisão interburguesa, que tem abalado o seu funcionamento federativo. Inúmeros foram os abalos sofridos pelo governo militarista-fascistizante. Nesse exato momento, o ministro Paulo Guedes acaba de trocar quase toda a equipe econômica, refletindo os embates interno e externo ao governo em torno ao Orçamento.

Os choques viscerais nos marcos do poder e da política burguesa, porém, se processam nas condições de profundo recuo das massas e de contenção das lutas operárias. A quebra recente da luta contra o fechamento da Ford e, agora, a da LG ainda em andamento foram e são fundamentais para a tranquilidade de Bolsonaro.

Chegamos ao 1º de Maio com as centrais e sindicatos refugiados no mundo virtual, completamente inofensivo à burguesia e aos governantes. Bolsonaro aproveitou a passividade das direções sindicais para reeditar a maldita MP 936, na forma da MP 1045, que atinge mais profundamente os trabalhadores. É correto, portanto, afirmar que Bolsonaro continua em pé, atravancando as limitadas medidas de contenção da pandemia, atacando os empregos e salários, cortando recursos da educação e saúde e privatizando, graças à política de colaboração de classes da burocracia sindical e da impotente oposição reformista, liderada pelo PT. O combate ao governo Bolsonaro só depende da retomada da luta organizada do proletariado e da maioria oprimida. Essa é a tarefa a ser cumprida imediatamente.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Aos trabalhadores, à juventude e a todos aqueles que estão por um 1º de Maio presencial, classista e internacionalista

ORIENTAÇÃO POLÍTICA E TAREFA DO 1º DE MAIO

22 de abril de 2021

A burocracia sindical, neste ano, não poderá arremessar os trabalhadores e a militância reformista para a festividade. Chegamos perto dos 400 mil mortos, e a pandemia mantém seu curso destrutivo. Os burocratas irão repetir discursos por meio virtual, como fizeram no ano passado, quando a pandemia mal atingia o País. Momento em que não se tinha a dimensão do seu alcance. A população trabalhadora, agora, sabe perfeitamente o fardo que carrega sobre as costas. E também sabe que não terá um alívio tão cedo. Do 1º de Maio de 2020 ao do presente ano, os fatos deixaram claro que a burguesia e seus governos se mostraram incapazes de proteger a vida da maioria oprimida.

O balanço numérico do flagelo é feito pelos órgãos governamentais, e apresentado diariamente pela imprensa. Balanço que não se limita à mortandade e ao colapso da saúde pública. As autoridades não têm como ocultar as consequências econômicas da crise que, em grande medida, recaem sobre a classe operária e os demais explorados. Não têm como ocultar que a pobreza, a miséria e a fome se expandiram.

É tão grave a situação das massas, que várias instituições dos exploradores precisam fazer a hipócrita campanha “humanitária” de arrecadação de alimentos. O auxílio emergencial de Bolsonaro e Congresso Nacional mais revelou a tragédia social do que a amenizou. E para deixar claro que nem mesmo a esmola dos R\$ 600,00 poderia ser mantida, foi baixada para uma média de R\$ 250,00. As marcas mais profundas desse longo período de pandemia são as dos cemitérios e as da fome.

É bem conhecida a compatibilidade das doenças endêmicas, epidêmicas e pandêmicas com a miséria de amplas camadas da população. A primeira, de caráter natural; a segunda, social. A pobreza, miséria e fome são os melhores celeiros para as doenças.

As ondas de demissões, de fechamento de fábricas e negócios, de “acordos” de redução salarial, e de precarização das condições de trabalho, empurraram e vêm empurrando as massas para o precipício da barbárie. Não é preciso demonstrar com estatísticas a sua vastidão e profundidade. Esse quadro de horror e desespero está bem à vista da população, das direções sindicais e dos partidos que se reivindicam dos trabalhadores, e daqueles que até mesmo se declaram socialistas.

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, ocorrerá diante dessa visível situação de agravamento da barbárie social. Dizemos agravamento, uma vez que a barbárie já vinha avançando, ano a ano, como consequência das leis econômicas do capita-

lismo decrépito, e da polarização crescente entre a minoria burguesa exploradora e a maioria explorada.

O 1º de Maio está obrigado a responder à incapacidade da burguesia de proteger a maioria oprimida da pandemia, e às imposições de medidas capitalistas e governamentais, que resultam em desemprego, redução salarial e precarização das relações trabalhistas. Esse é o ponto de partida para reerguer e recuperar as forças sociais do proletariado e dos demais trabalhadores.

É imperativo que o 1º de Maio aprove um programa de emergência próprio dos explorados, e estabeleça os novos passos da luta. Os pilares do combate emergencial são: emprego, salário,

direitos trabalhistas e saúde pública. O caráter emergencial corresponde à necessidade imediata de estancar as demissões, recuperar postos de trabalho destruídos, proteger os desempregados, defender os direitos trabalhistas, e interromper o avanço da pandemia.

O 1º de Maio somente será classista, socialista e internacionalista, se cumprir o objetivo de mobilizar e organizar a luta pelo programa de emergência dos explorados, oposto ao de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores. Não se pode desviar um milímetro dessa tarefa. Para isso, o Dia Internacional dos Trabalhadores deve ser presencial e de luta de classes.

Ocorre que está definido que as centrais, sindicatos e movimentos permanecerão recolhidos no mundo virtual. Somente a vanguarda combativa realizará, em alguns estados, o 1º de Maio presencial. A sua responsabilidade é enorme. Deve tomar em suas mãos a defesa do programa de emergência, dos métodos de luta e da organização independente do proletariado. Deve evitar desvios que obscureçam e atrapalhem a exposição para as massas do objetivo e tarefa urgentes do 1º de Maio, que são os de dar passos na recuperação das forças sociais das massas, esmagadas pela política burguesa e pela colaboração de classes das direções sindicais e partidos, que continuam a negar e a obstaculizar a luta das massas.

Está também definido que a CUT, Força Sindical, CTB, etc. e partidos, como o PT, PCdoB e PSOL, vão discursar sobre o desemprego, a fome e a responsabilidade de Bolsonaro pela tragédia, para finalmente indicar o caminho das eleições presidenciais. A CSP-Conlutas, uma ala da Intersindical, o PSTU e uma fração do PSOL não terão como se distinguir no essencial dos burocratas e reformistas da CUT, do PT e comparsas, presos que ficaram na rede da passividade e da incapacidade de colocarem seus sindi-

É imperativo que o 1º de Maio aprove um programa de emergência próprio dos explorados, e estabeleça os novos passos da luta. Os pilares do combate emergencial são: emprego, salário, direitos trabalhistas e saúde pública.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

catos em uma só coluna de combate às medidas da burguesia e à política de colaboração de classes.

Não houve, portanto, como romper o isolamento da vanguarda, que se colocou pelo 1º de Maio presencial. Isolamento que aumenta sua responsabilidade, diante da tarefa de erguer as bandeiras classistas do programa de emergência e os métodos de luta correspondentes. Os desvios eleitorais e a complacência com a estratégia de arregimentação das massas por meio das ilusões democráticas não podem imperar no 1º de Maio presencial.

O Partido Operário Revolucionário vem se esforçando por impulsionar uma frente das esquerdas que se colocam no campo da realização do 1º de Maio presencial. Não é fácil estabelecer um acordo, inclusive sobre reivindicações elementares. Mas, todo esforço para quebrar a política da passividade, que colocou no mesmo terreno a CUT e a CSP-Conlutas, tem sido feito. Eis o nosso programa de emergência proposto:

Lutar em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis;

- Mobilizar contra a alta do custo de vida, as perdas salariais e o aumento da miséria. Por reajustes e por um salário mínimo vital;
- Exigir que os sindicatos abram as suas portas e organizem a resistência coletiva dos trabalhadores;
- Exigir que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, para iniciar a recuperação das forças organizadas da classe operária, e criar as condições para pôr em pé um poderoso movimento de massas;
- Unir os empregados, os desempregados e os subempregados,

unir os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, a juventude oprimida e todos os explorados, em um só movimento, com independência de classe;

- Tomar as ruas em defesa da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Pela quebra das patentes. Fim do controle monopolista das vacinas;
- Exigir a mais ampla liberdade aos lutadores, pondo abaixo a legislação antigreve e todo o aparato repressivo e autoritário;
- Combater a Reforma Administrativa, bem como lutar pela revogação de todas as contrarreformas já aprovadas;
- Lutar pelo não pagamento da dívida pública. E pela aplicação dos recursos no combate à pandemia e execução de um plano emergencial de obras públicas, para empregar os desempregados;

Chamamos a vanguarda com consciência de classe a constituir a frente de esquerda pelo 1º de Maio presencial, classista, socialista e internacionalista, levantando as bandeiras que de fato preparam o terreno para a recuperação das forças sociais do proletariado e dos meios da luta de classes.

Viva o 1º de Maio presencial!

Abaixo a impostura do 1º de Maio virtual!

Por um programa de emergência próprio dos explorados!

Por um 1º de Maio classista, socialista e internacionalista!

Manifesto POR

Viva o 1º de Maio presencial, operário, socialista e internacionalista!

Recuperar as forças organizadas dos explorados!

Organizar um movimento em defesa do programa de emergência próprio dos trabalhadores! Ganhar as ruas imediatamente, pela vacinação de toda a população, a começar pelos pobres e oprimidos!

Por um Dia Nacional de Luta nas ruas, em defesa dos empregos, salários e saúde pública, com paralisações e preparação da greve geral! Rechaçar a passividade criminosa das centrais sindicais! Não às disputas eleitorais sobre os milhares de cadáveres da pandemia! Nada de lançamento de candidaturas e frentes eleitoreiras! Enfrentar o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro com o programa de emergência, os métodos e a estratégia de poder do proletariado!

Trabalhadores e juventude oprimida, temos nossas próprias reivindicações, nossas próprias formas de luta e nossos objetivos políticos. Ninguém mais do que nós sente a dor das 400 mil mortes. Ninguém mais do que nós padece com as demissões, o desemprego, o subemprego, a pobreza, a miséria e a fome. Ninguém mais do que nós se ressentido do miserável “auxílio emergencial”. Ninguém mais do que nós tem a ideia do que é receber a ordem patronal de que nossos salários vão ser reduzidos! Ninguém mais do que nós sabe o quanto humilhante é ter de enfrentar as filas de alimentos concedidos por nossos escravizadores. Há mais de um ano, estamos suportando esse peso! Peso que não diminui, só aumenta.

Os governadores, liderados por Doria, dizem que temos de fazer o isolamento social. Bolsonaro, seus militares e seu bando

de politiqueiros dizem que não temos de acatar as ordens dos governadores. Doria diz que tudo tem feito para conseguir as vacinas, mas que Bolsonaro não está por “salvar vidas”. Entra mês e sai mês, e continuamos sendo arrastados aos hospitais, que já não têm nem mesmo oxigênio suficiente nas UTIs. Todo dia, temos notícias de que parentes, amigos e vizinhos foram vítimas da Covid e dos hospitais sobrecarregados. Por cima de nossos cadáveres, os governantes burgueses travam suas disputas políticas. Os governadores, ora recorrem ao isolamento de uma parte dos trabalhadores, ora o flexibilizam. No final das contas, temos de ir ao trabalho, tomar os transportes superlotados, ou então sair às ruas, para ganhar o pão de cada dia. Cada vez que se agrava a contaminação, os leitos não dão conta, e aumentam as mortes. Vemos, assim, que os governadores não são capazes de impor o

isolamento geral. E, quando se veem obrigados a fechar o comércio e desativar os serviços, pagamos com a redução salarial e as demissões.

Que alternativas os governantes nos oferecem? Ou suportamos as demissões, ou enfrentamos a contaminação. Ou aceitamos a redução salarial, ou rezamos para escapar da dilaceração pulmonar. Quem não vê que a burguesia e os seus governantes – de Bolsonaro a Doria – nos estão conduzindo como uma manada desorientada e cega? Quem não vê que nós, explorados, deixamos nossos destinos – nossas vidas, nossa saúde, nossos empregos e nossos salários – nas mãos dos exploradores? Como fechar os olhos diante do fato de que Bolsonaro e governadores governam para a burguesia, e não para a classe operária? Como desconhecer que, em primeiro lugar, vêm os interesses dos capitalistas, e, por último, as necessidades dos trabalhadores?

E a vacinação, que anda a passos lentos? Está mais do que óbvio que os monopólios seguram a produção e a distribuição. Os meios industriais, financeiros e científicos existem, mas estão sob o controle das corporações e dos países imperialistas. Estamos em plena guerra comercial e busca do lucro pelos poderosos capitalistas. Quem não vê que o imperialismo é responsável direto pela monopolização da vacina? As disputas políticas entre Bolsonaro e os governadores são reflexos dos mais altos interesses das potências e dos laboratórios.

Diante das evidências de que a burguesia e os seus governantes não podem proteger os explorados, e o imperialismo, cooperar com as nações de economia atrasada e semicolonial, a passividade das direções e a política de colaboração das centrais, dos sindicatos e dos movimentos, com os exploradores, são as responsáveis pela confusão, desespero e dispersão da classe operária e dos demais trabalhadores.

Trabalhadores e juventude oprimida, as tarefas colocadas pela crise sanitária, econômica e política são: 1) responder à impossibilidade da burguesia e dos seus governantes de defender a maioria oprimida da pandemia; 2) reagir ao fechamento de fábricas e de comércio; às demissões e à redução salarial; 3) enfrentar o desemprego, o subemprego e a informalidade; 4) levantar a bandeira de erradicação da miséria e da fome; 5) exigir a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; e o abastecimento de remédios e componentes necessários à UTI; 6) concentrar toda a capacidade econômica e humana no combate à pandemia, e na defesa da população; estatizar, sem indenização, todos os meios de produção e de distribuição da vacina; 7) formular o programa de emergência dos trabalhadores, tendo por base esses seis pontos; 8) trabalhar para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, em defesa do programa de emergência; que se empenhem para que seja um dia paralisações e manifestações; que se criem as condições para a greve geral; 9) romper a política de colaboração de classes, que tem servido à burocracia sindical, para manter os explorados à mercê da burguesia e de seus governos. Essas tarefas permitem constituir uma frente única em defesa da vida das massas; de enfrentamento ao governo Bolsonaro; e de combate anti-imperialista.

O POR tem como estratégia de poder o governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura de classe do proletariado. Chama os explorados a não confiarem nas disputas eleito-

rais em curso, potenciadas pelo naufrágio do governo Bolsonaro, e pela possível candidatura de Lula. É imperativo manter firme o curso da organização do movimento calcado nas necessidades dos explorados e na sua estratégia própria de poder. As forças da política burguesa preparam o caminho que desvia a revolta latente no seio da maioria oprimida.

A negação das direções sindicais e políticas em realizar um 1º de Maio presencial, operário e combativo é a prova de que continuam submetidas e perfiladas em torno à fracassada política bur-



● Campanha do POR para um 1º de Maio presencial (São Paulo).

A negação das direções sindicais e políticas em realizar um 1º de Maio presencial, operário e combativo é a prova de que continuam submetidas e perfiladas em torno à fracassada política burguesa do isolamento social.

guesa do isolamento social. Os embusteiros não têm como ocultar sua submissão aos governantes, utilizando-se do argumento de que estão contribuindo para que não haja aglomeração e diminuição da contaminação. Em sua maioria, os trabalhadores têm sido obrigados a se aglomerarem nos transportes coletivos. Obrigados a irem ao trabalho. Assim, as massas permanecem desprotegidas. Em meio a essas condições, os trabalhadores precisam se defender com suas próprias forças. É lutando nas ruas, que serão impostas as condições eficazes de combate à pandemia e de proteção sanitária das massas.

A realidade social se choca frontalmente com a impostura dos “salvadores da vida” e “humanitaristas amenizadores da fome”. Isso se vem passando em todo o mundo, o que mostra a gravidade da crise de direção revolucionária. O capitalismo se desintegra e empurra as massas ao precipício da barbárie. Não há outra via, senão a de lutar pela expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Trabalhadores e juventude oprimida, o 1º de Maio deve levantar a bandeira “Chega de passividade!”, chega de permanecer sob as asas dos governadores, incapazes de enfrentar Bolsonaro e seus generais! Chega de ocultar a responsabilidade do imperialismo e dos monopólios da vacina! Passemos à luta organizada! Trabalhemos por recuperar as forças sociais da classe operária e dos demais trabalhadores!

Viva o 1º de Maio presencial, operário, socialista e internacional!



Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Por um 1º de Maio Operário, Socialista e Internacionalista



● Campanha e atividades do POR em defesa de um 1º de Maio presencial - Recife, Rio Grande do Norte e São Paulo.

As massas vivem uma tragédia. A barbárie social, que já dura anos, foi agravada pela pandemia, e se espalhou por todo o mundo.

Diante de nossos olhos, vem ocorrendo uma enorme destruição das forças produtivas, principalmente da força de trabalho, seu componente fundamental. Essa destruição é apresentada como a única forma de a burguesia e do imperialismo manterem a economia capitalista em crise.

fontes de trabalho, cortando salários e benefícios, sem ter de enfrentar a resistência organizada dos trabalhadores, confinados em suas casas, ou anulados pela ação traidora e colaboracionista da burocracia sindical. Essas medidas acabam descarregando o peso da crise sobre a classe operária, demais trabalhadores e suas famílias. A destruição da família operária é parte da destruição das forças produtivas, como consequência das respostas da burguesia à crise.

de proteger a maioria oprimida, e ao capitalismo em decomposição, as massas ficaram sujeitas ao poder econômico e aos governantes, que sobrepuseram e sobrepõem seus interesses de exploradores às necessidades mais elementares dos explorados. As direções sindicais e políticas com que o proletariado poderia contar se mostraram profundamente adaptadas ao capitalismo, e subservientes à burguesia e aos governantes, que não iriam utilizar os vastos recursos econômicos e científicos para proteger as massas, principalmente os pobres e miseráveis.

O 1º de Maio ficará marcado pela traição de suas direções, no momento mais difícil e necessário, em que as forças organizadas da classe operária e demais trabalhadores deveriam estar em combate por suas necessidades, e por sua própria estratégia de poder.

Todos os governos do mundo foram obrigados a tomar medidas extraordinárias, para enfrentar a crise econômica e sanitária. Todas estas medidas foram planejadas de maneira a afetar o menos possível os interesses da classe dominante, dos grandes empresários e latifundiários, das multinacionais imperialistas, que, pelo contrário, encontraram, nesta crise, uma oportunidade para resolver os seus problemas de superprodução, e diminuir seus custos, livrando-se do peso dos encargos sociais, fechando

A pior parte da crise da saúde foi paga pela maioria oprimida do planeta. Testemunhando que, em uma sociedade em decadência, como o capitalismo em sua fase imperialista, qualquer crise de qualquer magnitude tem como resultado acentuar os níveis de barbárie e a desintegração social.

Em meio à maior tragédia desde a Segunda Guerra Mundial, é que emerge a crise da direção revolucionária do proletariado internacional. Não tendo como responder à incapacidade da burguesia

O 1º de Maio ficará marcado pela traição de suas direções, no momento mais difícil e necessário, em que as forças organizadas da classe operária e demais trabalhadores deveriam estar em combate por suas necessidades, e por sua própria estratégia de poder.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional vem, perante os explorados e sua vanguarda com consciência de classe, defender um 1º de Maio, presencial, operário, socialista e internacionalista. Rejeita substituir a luta direta nas ruas por imposturas virtuais. Que o dia 1º de Maio sirva para dar pelo menos um passo na recuperação das forças organizadas da classe operária, diante da

burguesia parasitária e bárbara.

É fundamental assinalar que a guerra comercial entre as principais potências, que tende a se transformar em guerra bélica, não só não cedeu com a pandemia, mas também adotou as formas mais sinistras, utilizando todo o poder econômico e o peso dos principais laboratórios farmacêuticos para monopolizar as vacinas, para aumentar os lucros, e para impor condições econômicas e políticas aos países. Isso para as semicolônias e, inclusive, para outros países imperialistas. Em vez de cooperar para enfrentar os contágios e as mortes, utilizando-se de todo o desenvolvimento tecnológico e científico, o imperialismo se vale das vacinas como arma de guerra, mostrando até onde chega a sua decomposição.

Em meio à pandemia, a principal potência imperialista, com milhares de mortos, com uma queda brusca de sua economia, aumentou sua produção de armamentos. A restauração capitalista nos Estados operários deu oxigênio ao capitalismo esgotado, mas já não é mais suficiente, diante da repartição do mundo realizada depois da Segunda Guerra Mundial. Tudo está em crise, em disputa entre as principais potências, que avançam com seus preparativos bélicos. A crise de superprodução não pode ser atenuada, nem pode deter a tendência de queda da taxa de lucro capitalista.

A crise sanitária, com mais de 3 milhões de mortos no mundo, com situações de horror e desespero, que se repetem por toda parte, expôs a destruição dos sistemas públicos de saúde, o avanço da privatização, a falta de proteção sanitária da maioria da população, com carências vitais. Um ano de pandemia não serviu sequer para se melhorarem as condições de prevenção e atendimento. A chamada segunda onda, mais virulenta que a anterior, mostrou que os governos não poderiam aplicar os ensinamentos deixados em 2020.

Os governos mostram que são incapazes de proteger a vida da maioria oprimida. Queriam que acreditássemos que, com a sua política de isolamento social, que, com “fiquemos em casa”, se poderia deter a pandemia. As ajudas dos governos se destinam mais a socorrer as empresas e aos lucros dos empresários que aos oprimidos, oferecendo migalhas que não lhes permitem sobreviver.

Insistimos, portanto, que é criminoso a traição das direções burocráticas dos sindicatos e centrais sindicais, que abandonaram os trabalhadores, que se submeteram às políticas dos governos – sem lutar, sem resistir –, e condenando os que saíram à luta. Os governos nacional-reformistas foram incapazes de tomar as medidas de defesa da saúde da maioria.

Nessa situação, as massas resistem, movidas pelo agravamento das condições de vida e de trabalho, apesar de todas as restrições e bloqueios. Em todos os lugares, aparece claramente a ne-

É necessário que a vanguarda tome consciência de que é possível frear a catástrofe que se abate sobre as massas. Que confie na organização dos explorados e nos seus próprios métodos de luta. Que abandone todas as ilusões legalistas.

cessidade de resolver a crise da direção revolucionária, a tarefa de construir o partido da classe operária, que encarne a estratégia do poder operário e camponês, a ditadura do proletariado, a revolução social, que expresse a rebelião das massas diante de uma situação insuportável – a pior das últimas décadas. Do contrário, todo o peso do colapso capitalista continuará caindo sobre nossos ombros.

Por isso, é tão importante a luta pela independência política da classe operária diante dos governos e das instituições do Estado, bem como dos partidos patronais. É vital! É preciso romper com a política de conciliação de classes. Afirmando: não será por meio de eleições, nem de leis ou constituintes, que a sociedade poderá se transformar, não será por esse caminho que poderemos acabar com o capitalismo em decomposição. Não existem caminhos alternativos.

É urgente lutar por um plano de emergência para acabar com o desemprego, demissões, fechamentos de empresas; para recuperar salários; para pôr fim a todas as formas de trabalho precário. Defender as conquistas trabalhistas, erradicar a miséria, a pobreza e a fome. Não pagar a dívida pública, eliminar o parasitismo financeiro, nacionalizando o sistema bancário. Acabar com a pilha-

gem de nossa riqueza. Assumir a defesa da saúde pública com nossas próprias mãos – a burguesia em todo o mundo mostrou-se incapaz de enfrentar a pandemia, utilizando de todos os recursos materiais, científicos e humanos.

Estamos, dramaticamente, diante da necessidade de reconstruir a direção internacional da classe operária, sobre a base do balanço das derrotas e traições, da liquidação da III Internacional pelo estalinismo, e da desintegração da IV Internacional pelas mãos dos revisionistas.

As condições para essa tarefa vêm melhorando, já que se tornaram mais visíveis a direitização das correntes nacional-reformistas, a integração do estalinismo em suas fileiras, e também o abandono por parte da maioria das correntes centristas de seus vínculos com a classe operária.

É necessário que a vanguarda tome consciência de que é possível frear a catástrofe que se abate sobre as massas. Que confie na organização dos explorados e nos seus próprios métodos de luta. Que abandone todas as ilusões legalistas.

O capitalismo em decomposição deve ser derrubado, para evitar uma maior degradação da humanidade. Esse capitalismo não pode ser reformado, aprimorado ou humanizado. Para reconstruir a sociedade sobre novas bases, devemos acabar com a grande propriedade capitalista, os monopólios, o parasitismo, a fim de desenvolver as forças produtivas, e começar a resolver os problemas urgentes da maioria.

A lição da história é que a sobrevivência do capitalismo é sinônimo de barbárie, em todas as suas formas, e a tendência é agravar as condições de vida e de trabalho; recrudesce as guerras e as migrações. Somente o socialismo é a alternativa, diante da catástrofe que vivemos, não há outra! Somente a classe operária, com seu programa e sua estratégia, encarna a saída revolucionária à crise da humanidade.

Viva a luta da classe operária e dos oprimidos em todo o mundo!

É hora de varrer com a podridão capitalista! Socialismo ou barbárie capitalista!



Cúpula do Clima

BOLSONARO, PUXADO PELAS ORELHAS

O esbravejador que disse que estaria disposto a usar a “pólvora”, caso a diplomacia não resolvesse, comportou-se como um bom aluno diante do novo professor, Joe Biden. O nacionalismo bolsonarista, que ostentou a bandeira da “soberania da Amazônia”, serviu, enquanto o mestre Trump dava as ordens. Bolsonaro e seus generais sequer a arriaram a meio mastro, foram com ela até a rés-do-chão. O governo patriótico participou da Cúpula do Clima como um escoteiro bem adestrado.

A ousadia bolsonarista se manifestou quando pediu a Biden US\$ 1 bilhão ao ano, para combater o desmatamento ilegal e as queimadas. O que significa esse montante para quem pretende utilizar recursos públicos na ordem de US\$ 5 trilhões? Biden havia apresentado a cifra de US\$ 24 bilhões, a ser coletada entre as potências, para retomar o Acordo Climático de Paris. A pretensão de Bolsonaro, expressada em uma carta ao governo norte-americano, provocou deboches, diante da resposta do chefe do imperialismo, de que primeiro os brasileiros devem começar a fazer o seu dever de casa. Dinheiro não falta, a questão é saber se o governo, que incentivou a agropecuária, as madeiras e as mineradoras a avançarem sobre a mata, romperá seus compromissos com os capitalistas, que vêm promovendo as queimadas e poluindo os rios. A situação chegou a esse ponto: diz Biden, Bolsonaro faça o que mando, e avaliaremos se você merece a ajuda.

Sem a espora de Trump, Bolsonaro e seus aliados se viram no mato sem cachorro. Cresceram rapidamente as pressões externas. E quando o imperialismo norte-americano dá suas ordens, junto com elas vai a espada das sanções econômicas. Internamente, as relações políticas também mudam. De repente, a desconhecida de muitos, e conhecida de pouquíssimos, a “Coalização Brasil Clima Florestas e Agricultura”, mobilizou 280 chefes de indústria, finança, agronegócio, mundo das ciências e poderosas associações empresariais, para apoiar a investida de Biden e das potências europeias. O embaixador dos EUA em Brasília não se acanhou em se reunir com os possantes capitalistas, para apertarem o cerco a Bolsonaro. De repente, também proliferaram cartas a Biden de governadores, ex-ministros e artistas, para que não poupasse Bolsonaro do vexame internacional.

Imaginem João Doria (PSDB), Ronaldo Caiado (DEM) e Flávio Dino (PCdoB) de mãos dadas, oferecendo préstimos de seus estados a Biden. Trinta e cinco nomes do mundo artístico – entre eles o famosíssimo Caetano Veloso –, por sua vez, pediram em carta que Biden, protetor da biodiversidade, repreendesse Bolsonaro, por incentivar a invasão de terras indígenas, e violar os direitos dos “guardiões da floresta”. Quando Bolsonaro era subserviente a Trump, os opositores defendiam a Amazônia contra os seus predadores, à boca pequena. Agora, alteiam a tonalidade e se encorajam a pedir que o novo chefe dos chefes imperialistas não faça concessões a Bolsonaro.

Quanto mais o capitalismo afunda a humanidade nos gigantes desastres e na barbárie, mais salvadores aparecem entre a burguesia e a pequena-burguesia. Grotescamente, assistimos à polarização entre a política dos destruidores da natureza e a dos seus protetores. Gráficamente, de um lado Trump; de outro, Biden. Nada que os diferencie, no entanto, deterá a marcha destrutiva do capitalismo em decomposição. Não é possível compatibilizar a necessidade do capital em impulsionar constantemente a

produção social com as leis econômicas que regem o mercado. É nesse âmbito que se insere a Amazônia e toda a natureza.

Uma diretriz voltada a reprimir a expansão das forças produtivas sobre a floresta pode, por meio das Forças Armadas, da Polícia e da Justiça, bem como de gastos parasitários homéricos, retardar momentaneamente a sua penetração, mas não o processo anárquico de destruição. A meta de redução de emissão de monóxido de carbono e contenção do efeito estufa implica substituir em larga escala a matriz energética calcada no petróleo e carvão, segundo os especialistas. Não se tem ainda a noção concreta sobre que desequilíbrios podem provocar a exploração do gás natural, energia eólica e solar, uma vez que tudo o que se produz e se consome vem da natureza. O modo de produção e distribuição capitalista não comporta planejamento, que o compatibilize minimamente com os recursos naturais.

A volta dos EUA ao Acordo Climático de Paris, a rápida mobilização das potências para a recente cúpula do clima, e a projeção de Biden como carro-chefe da proteção da natureza, em especial, da Amazônia, não teve como disfarçar os interesses econômicos da burguesia norte-americana na corrida em torno às “novas tecnologias”, à crise de superprodução e, em particular, à guerra comercial com a China. Segundo Jennifer Granholm, secretária de Energia dos EUA, a passagem da energia fóssil para a renovável cria um mercado de US\$ 23 trilhões, dentro de aproximadamente uma década. Tudo indica que faz parte desse cálculo a substituição de milhões de carros à gasolina e diesel por elétricos. O que provocará uma disputa pelas fontes de lítio, etc. São a superprodução e os impasses da indústria automotiva que ditam a política ambiental dos EUA ao mundo, e não o derretimento de geleiras, maremotos, vendavais, etc. É preciso assinalar que um punhado de potências, estando a China e os Estados Unidos à frente, é a responsável pela maior parte da demissão dos gases poluentes e pelo aquecimento global.

Os governos da China e da Rússia compareceram à reunião de Biden como se fossem parceiros na cruzada climática. João Kerry acertou diplomaticamente a participação da China, afirmando que neste caso é importante tentar colocar de lado outras pendências entre os dois países. Basta essa ficção para concluirmos que a Cúpula do Clima cumpriu, primordialmente, o papel de tribuna, para Biden afirmar a sua vitória eleitoral, e assinalar que pretende superar a profunda divisão das massas norte-americanas e os conflitos no interior da burguesia, potenciados pela crise econômica e pelo descenso dos EUA como a mais poderosa potência mundial.

A Amazônia jamais será protegida pelo imperialismo, que tem muito interesse em suas riquezas naturais. Nenhum patriotismo burguês fará com que a exploração da Amazônia seja um problema a ser resolvido pelo povo brasileiro. A burguesia nacional concluiu, em grande medida, sua dependência aos EUA e ao imperialismo em geral. A exploração racional, planejada, dos recursos naturais, passou para as mãos do proletariado e da maioria oprimida, que encarnam a luta anti-imperialista pela independência nacional e pelo socialismo. O saque e a destruição da natureza pelo capitalismo somente pode ser combatido em nível mundial. Para isso, é fundamental ir superando a crise de direção revolucionária. O proletariado mundial encarna o programa internacional da revolução social e da sociedade sem classes, comunista.

A crise econômica e a paralisia das direções políticas

O governo e a imprensa burguesa têm comemorado a alta de 4,9% na produção industrial no estado, no 1º bimestre deste ano. A leve alta serviu como um bálsamo, num mar de índices negativos, registrados no último período. O PIB do estado caiu 3,56%, em 2020 (IPECE), mesmo com a intervenção do governo Camilo, que injetou R\$ 2,48 bilhões na economia (o equivalente a 11,3% da Receita Corrente Líquida), e com o crescimento recorde do setor agrícola (10,3%), favorecido pela boa quadra chuvosa, e a não restrição do isolamento social.

A queda nos serviços e da indústria, em geral, teve muito impacto. A primeira, que responde por 76,7% do PIB, viu setores como hotelaria e alimentação (bares, restaurantes) caírem 11,05%, seguido do recuo no comércio (-3,38%) e transportes (-2,35%). A indústria caiu 7,11% (especialmente a de transformação), e mesmo a construção civil, com grande impacto nos empregos e capitais (pouco afetada pelas restrições), não foi capaz de reverter a tendência, crescendo pífios 0,63%. Apenas os têxteis (28,5%) e “outros produtos químicos” (52,8%) registraram crescimento elevado. A produção de alimentos e máquinas/aparelhos elétricos recuaram fortemente, em -18,5% e -14,9%, respectivamente.

Entre os setores industriais, apenas na construção civil e têxteis, o proletariado foi menos atingido. Embora, entre os têxteis, o aumento da produção não tenha impedido demissões localizadas.

Saldo negativo na balança comercial revela impactos da desindustrialização no país

A balança comercial do Ceará registrou déficit de US\$ 319 milhões, no 1º trimestre de 2021. Maior déficit para o período. As exportações caíram 21,41%, comparado ao 1º trimestre de 2020, recuando seu percentual dentro das exportações brasileiras, e voltando ao patamar de 2016, em 0,78%. As importações, ao contrário, cresceram 12,7% em igual período, atingindo US\$ 754 milhões (1,58% das importações nacionais).

Segundo especialistas, a escassez de matérias-primas continua a pressionar economia estadual, para buscar no exterior os insumos que faltam no mercado interno: combustíveis, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, caldeiras e instrumentos mecânicos. A razão por trás da maior escassez está no avanço da desindustrialização do Brasil. Para o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), o protecionismo aplicado por vários países, combinado à maior desaceleração da economia mundial, tem sido fatal para a atividade econômica do estado.

Diante desse quadro, enquanto os liberais continuam com suas esperanças no capital financeiro internacional, salvador da economia local, os tecnocratas passaram a apresentar, como solução para o crescente déficit comer-

cial do estado, o sonho da internacionalização das pequenas empresas, e a inclusão de seus negócios na pauta de exportações, em plena era do capitalismo monopolista. A grande burguesia, bem mais pragmática, tem buscado, junto à equipe econômica do governo Bolsonaro, apressar as reformas, e estabelecer condições ainda mais intensas de exploração da força de trabalho. A vinda do secretário do Ministério da Fazenda, Jorge Luiz de Lima, para reunião com Camilo Santana/PT, e para um encontro com o setor empresarial em evento preparado pela FIEC, atesta bem isso. O representante do governo virá ao Ceará defender a importância dos 22 projetos que tramitam no Congresso, para reduzir urgentemente o que a burguesia tem chama-

A crise econômica que castiga o estado ampliou barbaramente a fome e a miséria. É grande o desemprego entre a juventude.

do de “custo Brasil” em até R\$ 800 bilhões, ainda em 2021. Os capitalistas locais, na FIEC, têm falado em ganhar rapidamente competitividade, ou soçobrar no mercado internacional. Buscando alinhar-se às frações burguesas mais poderosas do Sudeste, almejam, não apenas mudanças na estrutura logística e na burocracia (o que implica acelerar as privatizações), mas especialmente uma reforma fiscal (para reduzir o Estado), e um novo e brutal ataque às condições de vida do proletariado.

A saída para os explorados

A crise econômica que castiga o estado ampliou barbaramente a fome e a miséria. É grande o desemprego entre a juventude. Os trabalhadores empregados não sabem como manter a família e pagar água, luz, aluguel e alimentação com salários irrisórios. A alta dos preços prossegue; o auxílio emergencial é um disparate. As direções das centrais, sindicatos, associações de bairro, etc. têm o dever de convocar imediatamente assembleias e plenárias presenciais, para organizar os oprimidos em torno de um plano contra a fome, o desemprego, por vacinação imediata e salário vital. Os trabalhadores conscientes precisam rechaçar a capitulação vergonhosa da CUT/PT, Intersindical/PSOL e CTB/PCdoB, que têm se refugiado no mundo virtual, ao mesmo tempo em que desenvolvem a colaboração de classes com a burguesia. Os explorados precisam responder à crise econômica com um programa proletário, e um plano próprio de luta, que defenda: salário vital, emprego a todos, estatização dos bancos sob controle operário, não pagamento da dívida pública, vacinação a todos começando pelos mais pobres, e conclua com a defesa do governo próprio dos oprimidos, governo operário-camponês (ditadura do proletariado).

O peso da pandemia sobre os explorados

Passados 14 meses de pandemia, com os últimos 4 sendo os mais brutais para os brasileiros (durante o mês de abril, o ano de 2021 superou 2020, no número de mortes no país), começam a aparecer pesquisas que mostram aquilo que dissemos desde março do último ano: sob a sociedade de classes e domínio do poder econômico, a pandemia seria muito mais violenta entre os pobres e miseráveis, ou seja, seu custo em vidas, empregos, condições de sobrevivência recairia com mais força sobre a classe operária, trabalhadores precarizados dos serviços, desempregados e aqueles com baixa instrução. Os dados apresentados pelas pesquisas, que relacionam as mortes às profissões, não são uma surpresa.

As mortes entre frentistas, por exemplo, aumentaram 68%, na comparação entre janeiro e fevereiro de 2020, antes da pandemia, e no mesmo período de 2021. No caso dos operadores de caixa de supermercado, os óbitos subiram 67%, motoristas de ônibus, 62%, vigilantes (grande parte terceirizados) 59%

Em Minas Gerais, uma pesquisa, realizada pelo Jornal O Estado de Minas, revelou que sete em cada dez mortos pela Covid, na região metropolitana de Belo Horizonte, são faxineiros, garis, auxiliares de limpeza, empregadas domésticas, diaristas e cozinheiras (62% dos internados são faxineiros, garis e auxiliares de limpeza, 30% são aposentados, 6,5% são empregados domésticos, diaristas e cozinheiros.). O jornal extraiu os dados da PNAD Covid-19, do IBGE, realizada entre maio e novembro de 2020, mas curiosamente retirou a matéria do ar, depois de alguns dias. Ela foi reproduzida por outros meios midiáticos. Procurado, o jornal não explicou o motivo.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, se colocou ao lado de Bolsonaro, afirmando, no começo da pandemia, que não fecharia tudo, pois, o vírus precisaria circular: *“São medidas que o prefeito resolveu adotar, e nós temos observado que, em muitas regiões, em muitas cidades, os casos existentes, ou até a ausência de casos, não justifica o fechamento total do comércio, até porque nessa crise nós precisamos que o vírus viaje um pouco”*. E de fato circulou, principalmente nos chamados serviços essenciais.

Já o jornal El País, solicitou uma pesquisa com dados extraídos do Ministério da Economia, na base de dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Novo

Caged. Esse sistema coleta informações mensais dos contratos formais de emprego, incluindo os motivos de encerramento de contrato, por exemplo, por morte. Ele não informa o motivo da morte, sendo apenas possível comparar o número de mortes de um período com aquilo que seria esperado, comparando com o mesmo período, no ano anterior.

As mortes entre frentistas, por exemplo, aumentaram 68%, na comparação entre janeiro e fevereiro de 2020, antes da pandemia, e no mesmo período de 2021. No caso dos operadores de caixa de supermercado, os óbitos subiram 67%, motoristas de ônibus, 62%, vigilantes (grande parte terceirizados) 59%. Nos supermercados, que permaneceram abertos durante todas as fases da pandemia, o aumento das mortes foi de 21%. Em comum, essas profissões tem o fato dos trabalhadores não terem podido ficar em casa, como determinou a campanha burguesa, por sua vez incorporada pelas direções do movimento social. Além disso, esses profissionais não tiveram prioridade na vacina, e muitos seguem tombando nos hospitais. Pelo contrário, a diferenciação que receberam foi o fato de terem seus salários cortados, contratos suspensos e em muitos casos, demissão.

A pesquisa também traz dados sobre professores da rede privada com contrato formal, onde, nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, ao menos 83 professores do ensino fundamental morreram, contra 42, no mesmo período do ano passado.

Já na classe operária, a construção civil aparece com destaque, pois, teve aumento de 36% nas mortes no mesmo período. Cabe algumas considerações em relação a esse setor. Em primeiro lugar, o fato de não terem parado durante a pandemia, e ainda houve crescimento na produção. Em parte pelo fato de Bolsonaro, em maio, ter decretado a construção civil como serviço essencial. Outra consideração importante está no fato do setor abrigar um enorme contingente de trabalhadores informais, em locais com menos medidas de segurança, em relação aos postos formais. Sendo assim, podemos supor que o aumento no número de mortes, considerando os informais, tenha sido ainda maior.

Outro trabalho do ano passado, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), revelou que 79,6% dos óbitos registrados na cidade do Rio de Janeiro ocorreu nas áreas mais pobres – tanto pela saúde deficiente nessas regiões, quanto pelas condições de miséria das massas. Para a absoluta maioria dos pobres e miseráveis, não existiu isolamento social. Setores mais intelectualizados, que puderam fazer trabalho remoto, acreditaram que seria possível uma ampla aplicação dessa política, e que os governos e a própria burguesia protegeriam os explorados do contágio massivo e das mortes. As direções conciliadoras e seus partidos transformaram essa conclusão idealista, sem sustentação material, em política geral para as massas. Encontraram aí o argumento perfeito para sua inércia. Passaram então a agir, desde as redes virtuais, se revezando entre fazer propaganda para as eleições de 2022 e defender a passividade dos trabalhadores, sob o argumento de que assim estariam se protegendo e sendo responsáveis. Para essas direções reformistas e centristas, essa era a forma de se opor ao

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

1ª EDIÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

bolsonarismo negacionista. Os números mostrados aqui provam que as massas trabalhadoras foram abandonadas por suas direções.

Ainda com dados da PNAD Covid-19, 28% dos membros da classe A/B (renda domiciliar superior a R\$ 8.303) puderam alterar o local de trabalho durante a pandemia. Já nas classes D/E (até R\$ 1.926), apenas cerca de 7,5% tiveram essa opção. Na classe C (onde está mais da metade da população – renda entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303), somente 10,3% fizeram isso. Sem entrar na ficção burguesa de criar classes sociais por renda, desvinculando do papel que cada um ocupa na produção social, podemos perceber que foi justamente entre os mais pobres que o trabalho presencial, ininterrupto, se deu. Os trabalhadores dos setores citados enfrentam diariamente os ônibus e trens lotados, e os locais de trabalho apinhados.

O POR travou uma dura luta política nas portas de fábrica, nos atos e debates que participou, nos manifestos e declarações, onde apontou a necessidade urgente de organização da

classe para impor aos governos um plano próprio de emergência, que passa pela transferência dos recursos da dívida pública para atender as necessidades da população na pandemia, transferência da rede privada de saúde para o SUS, um plano de obras públicas para a geração de empregos, nenhuma demissão, vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, etc. Obviamente, esse plano só pode ser colocado em prática com a ação coletiva e consciente das massas nas ruas. Organizados e preparados desde os locais de trabalho, através das assembleias presenciais, onde suas reivindicações deveriam ser levantadas e democraticamente debatidas, bem como as formas de luta que seriam encampadas pela classe contra os governos e os patrões. Nada disso ocorreu até aqui. O que vimos foram as direções políticas dos trabalhadores, a partir de sua política antiproletária, de classe média, emitir recomendações para que os trabalhadores ficassem em casa. O resultado parcial dessa desastrosa política pode já pode ser visto por qualquer um.

Por que não há perspectivas de melhora da pandemia

A pandemia do novo coronavírus mantém seu flagelo. O Brasil tem média móvel de mortes de mais de 3 mil diárias, é o epicentro da pandemia mundial. No ritmo atual, pode alcançar a marca de 90 mil mortes por mês. Embora a doença esteja em refluxo nos EUA, China e em parte da Europa, ela avança no leste europeu e em grande parte dos países atrasados. O Japão tem uma nova cepa, aparentemente resistente a vacinas, e tem nova onda de crescimento dos contaminados.

O quadro atual indica que as potências, que detêm 70% das vacinas mundiais, podem alcançar o controle relativo da contaminação, reativando a economia sem uma avalanche de mortos. Mas, os países atrasados, que não conseguem alcançar sequer a marca de 30% da população imunizada, não conseguirão conter a contaminação - para a redução geral dos casos, é necessária a imunização de pelo menos 2/3 da população - e terão de conviver com as contaminações e mortes, e com elas as consequências econômicas decorrentes.

Os elementos que obstaculizam alcançar o controle da pandemia se manifestam com maior força no Brasil.

Não existe ainda a possibilidade de fazer a vacinação de 2/3 da população em um ano. Os especialistas dizem que seriam necessárias, pelo menos, um milhão diário de vacinas aplicadas. Hoje, nos melhores dias de aplicação, se tem a marca de 500 mil vacinas. O que acontece no Japão - surgimento de uma nova cepa resistente a vacinas - tende a acontecer em toda parte, principalmente onde o número de contágios é maior. Quanto mais gente contaminada, maior a possibilidade de mutação da doença. As novas cepas surgem às dezenas atualmente. Apenas aquelas resistentes às vacinas vão exigir uma atualização dos imunizantes. Mas, ainda que seja uma só, a atualização terá de ser feita e, com ela, a revacinação em massa. No ritmo atual, o Brasil terá de revacinar bem antes de alcançar a imunidade de 2/3 da população. Já temos centenas de milhares de

vacinados com a 1ª dose, sem a aplicação da 2ª dose dentro do prazo. Em João Pessoa (PB), uma multidão de idosos se acumulou e criou grande aglomeração, ao ser informada de que a vacinação da 2ª dose estava suspensa. Isso aponta para a necessidade de revacinação, reduzindo ainda mais a velocidade de aplicação.

A vacinação em massa não é uma limitação nacional, embora o governo negacionista de Bolsonaro a tenha prejudicado e continua prejudicando. O domínio dos monopólios sobre as vacinas bloqueia a vacinação em massa mundial. Vacinas para todos depende da expropriação dos grandes laboratórios, com a quebra de suas patentes, a utilização das plantas industriais

A vacinação em massa não é uma limitação nacional, embora o governo negacionista de Bolsonaro a tenha prejudicado e continua prejudicando. O domínio dos monopólios sobre as vacinas bloqueia a vacinação em massa mundial. Vacinas para todos depende da expropriação dos grandes laboratórios, com a quebra de suas patentes, a utilização das plantas industriais em larga escala e construção de novas fábricas, e distribuição sem bloqueios comerciais.

em larga escala e construção das novas necessárias, e distribuição sem bloqueios comerciais. O que se vê acontecendo hoje é o contrário: patentes em alta, plantas industriais com ociosidade, bloqueios comerciais sob a guerra comercial, amplo endividamento dos países, que têm de desviar recursos da saúde para o sustento do parasitismo financeiro.

A propagação da doença só tem crescido, diante da lentidão da vacinação, que já dura 4 meses. O crescimento dos contágios exige maior estrutura de atendimento, na proporção adequada. O que não acontece. São Paulo, o estado mais rico da federação, aumentou em 53% o número de UTIs. Mas os contaminados mais que dobraram. O que levou o sistema ao colapso. Esse colapso se mostra no fato de termos, nas regiões Sul, Sudeste, e mais os estados de Goiás e Ceará, mais pessoas

mortas que com alta médica. No Sudeste, já se registram mais mortes que nascimentos.

Os medicamentos para realizar as intubações e tratamento da doença estão praticamente zerados nos hospitais pelo país. Os aumentos de preços desses insumos tiveram média de 9 mil por cento, sendo que alguns alcançaram 15 mil por cento. Já há muitas mortes por falta de medicação. O tratamento de doentes que precisam de intubação requer o uso de calmantes potentes, que os mantenham desacordados. Sem esses insumos, acordam e se sufocam.

A tentativa de conter a contaminação pela via de feriados ou lockdowns parciais não aumentou significativamente o isolamento social. Com a economia em movimento, principalmente nas fábricas, mas também no comércio, fixo ou de rua, a movimentação das massas em busca de sustento prossegue. Pouco adiantam os protocolos de higienização nos pontos de chegada dos trabalhadores. Os transportes permanecem lotados e abafados, meio adequado à transmissão de todo tipo de doenças. A burguesia e seus governos enganam as massas ao jogá-las nos transportes dizendo que basta o uso de máscara e lavagem das mãos para a proteção. As máscaras usadas por horas a fio, molhadas, não protegem, e ainda são meios de maior contaminação. Na lotação dos transportes, mesmo com uso adequado, pouco reduzem o contágio. Ao se tocar nos suportes de apoio às mãos, a lavagem de mãos se torna inócua. Diante das horas de demora na lotação, as mãos serão levadas ao rosto dezenas de vezes. As empresas de transporte, públicas e privadas, expõem que houve redução significativa no número de passageiros. Mas, essas mesmas empresas reduziram bastante o oferecimento de trens, metrô e ônibus. O que faz com que o número menor de passageiros se apinhe no menor número de lugares disponível. E a contaminação prossegue.

Em São Paulo, sabe-se que 80% dos mortos vêm dos bairros mais pobres da cidade. Essa massa de empobrecidos vivem às dezenas em casas minúsculas, com aglomeração doméstica. É obrigada a sair para conseguir meios de alimentar a si e a sua família todos os dias, nos transportes lotados. Tem de traba-

Pandemia

lhar até mesmo lado a lado com contaminados. Não tem como comprar as dezenas de máscaras necessárias, para trocá-las de duas em duas horas, todos os dias. Parte dela recebeu o auxílio emergencial em 2020, reduzido de 600 para 300 reais, ficou sem ele nos primeiros meses deste ano, e só uma pequena parcela vai receber 150 reais, por quatro meses. A miséria é o principal celeiro para o crescimento da contaminação e das mortes.

Durante a pandemia, os governos vêm aplicando medidas que atacam ainda mais as condições de vida e trabalho da população. A maior pobreza e desocupação são mais fertilizantes para o crescimento do contágio e mortes. E também da criminalidade e da repressão. O número de assassinados pela polícia durante a pandemia aumentou. Dos quais 79% eram pretos. A maior parte dos pobres no Brasil é negra. O traba-

lhador desempregado não tem escolha, ou sai para trabalhar, para pedir, fazer trambique, ou para roubar.

Muitos países têm fechado as fronteiras ao Brasil, e entre eles mesmos. Os vizinhos do Continente têm bloqueado as viagens brasileiras, parcial ou totalmente. São medidas desesperadas para conter a contaminação em seus países, e tentar evitar as novas cepas, que se desenvolvem no Brasil às dezenas - mais de 40 em Rondônia, 17 em Minas Gerais, só para citar exemplos. O bloqueio afeta as economias ainda mais. E é impossível fazer um bloqueio total de viagens de um país para outro do planeta, e de lá para outros tantos. Por isso, qualquer controle da pandemia nas potências será ainda relativo, parcial, diante do descontrole em vários outros países.

A pandemia de Covid-19 evidenciou a impossibilidade de o capitalismo, em sua fase de decomposição, proteger as massas das epidemias globais, e mesmo das regionais. Há cientistas que se espantam por não ter acontecido antes e em maior número, diante da expansão da pobreza, parasitismo financeiro e opressão monopolista. Ainda que o controle relativo da pandemia se realize, a humanidade está fadada a sofrer com mais fenômenos como esse, se não conseguir avançar para o fim da propriedade privada dos meios de produção, o socialismo, e estabelecer o controle coletivo sobre a medicina e a indústria fármaco-química.

Durante a pandemia, os governos vêm aplicando medidas que atacam ainda mais as condições de vida e trabalho da população. A maior pobreza e desocupação são mais fertilizantes para o crescimento do contágio e mortes. E também da criminalidade e da repressão. O número de assassinados pela polícia durante a pandemia aumentou. Dos quais 79% eram pretos. A maior parte dos pobres no Brasil é negra. O trabalhador desempregado não tem escolha, ou sai para trabalhar, para pedir, fazer trambique, ou para roubar.

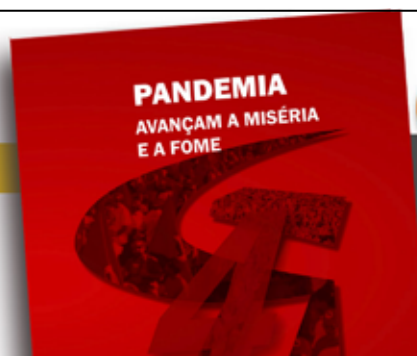
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rio Grande do Norte

Escolas privadas na pandemia: ataques sem precedentes aos professores e funcionários

Nas escolas privadas, pesam, há muito tempo, nas costas de funcionários e professores, os baixos salários, más condições de trabalho e humilhações patronais. O acelerado e profundo processo de mercantilização da educação, e a ausência das entidades sindicais e movimentos, explicam essa situação. O Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino (SINPRO-RN) divulgou sua última diretoria em 2020, e não se sabe como foi eleita, não há informações publicadas, sequer rede social ou sites ativos há dessa entidade, os telefones só fazem chamar.

Há escolas que pagam míseros R\$ 12,00 por hora/aula no ensino fundamental; muitos professores não chegam a receber, sequer, R\$ 600,00 mensais, tendo que complementar a renda em outras escolas, quando podem. Além disso, muitas escolas não estão pagando o descanso semanal remunerado (DSR), quando o professor trabalha 10h/a na semana, bem como não há o pagamento das horas de planejamento. Por trabalhar em várias escolas durante os dias da semana, os professores são obrigados a trabalhar à noite, e também aos finais de semana, para corrigir provas, enviar planilhas com notas e planos semanais de atividades, sem contar o planejamento das aulas semanais, em vez de descansar. Acontece que a categoria está fragilizada, pela ausência de uma direção que lute pelos direitos básicos. O regime de trabalho por hora (horista) esfacela as capacidades criadoras dos professores, e os tecnocratas ainda exigem “resultados”, apontando planilhas das notas dos alunos no ENEM e em outros processos seletivos, para melhor competir com as demais escolas.

Situação na pandemia

Predominam as aulas virtuais (EaD) na pandemia. Muitos professores não conseguiram adaptar-se ao ensino virtual, e logo foram substituídos por outros mais experientes aos aparelhos tecnológicos, seja por meio da demissão, ou pela redução da jornada com redução de salários (MP 936). Os funcionários da limpeza também foram atingidos, uma vez que os protocolos sanitários indicavam que a limpeza deveria ser reforçada, mas a demissão de parte do quadro teve como consequência a superexploração dos que permaneceram no emprego. Uma funcionária de uma escola relatou que, muitas vezes, sentia dor nas costas durante à noite; outra havia dito que ficava com o braço inflamado, de tanto limpar as carteiras das salas.

Vale ressaltar que, no ensino online, todas as turmas de uma mesma série foram reunidas em uma só sala virtual, o que resultou em um duro golpe aos professores que permaneceram trabalhando, pois, muitos tiveram seus salários reduzidos em até 60%, do dia para a noite, além do aumento da superexploração do trabalho, uma vez que a quantidade de alunos por turma virtual, em muitos casos, triplicou. As próprias escolas reconheceram que não havia a menor possibilidade de acompanhamento da “aprendizagem” dos alunos, pois, ficou tácito que não havia como corrigir todas as atividades, de modo que se chegou ao

cúmulo de os próprios gestores orientarem aos professores a inventar notas, sempre apontando a média para cima.

É consenso entre estudantes, pais e professores que, durante as aulas online, ninguém aprendeu efetivamente nada. O fracasso do EaD pôde ser comprovado, na prática, de maneira unânime. De tal modo, que a inadimplência se acentuou, obrigando os capitalistas da educação a pressionarem os governos pelo retorno presencial na “forma híbrida”. O resultado não poderia ser outro: parte dos pais e alunos que optaram pela forma online viram piorar as aulas nessa modalidade, pois, naturalmente, percebeu-se que era difícil estabelecer uma relação com o professor, tirar dúvidas, etc. Além de a concentração do professor estar mais voltada à turma presencial, “esquecendo” muitas vezes os alunos online, numa mesma aula.

A consequência do ensino híbrido agradou aos capitalistas, pois, a cada semana, mais alunos compareciam às salas presenciais, de modo que os gestores tiveram de voltar a dividir uma mesma série em várias turmas. Mesmo assim, em muitas escolas, as salas continuavam lotadas, e os gestores faziam vista grossa quanto à violação do distanciamento social, principalmente quando se percebeu que a fiscalização sanitária dos governos não chegava aos colégios. Com o retorno ao isolamento social, em março e abril deste ano, implementado pelo governo Fátima (PT), e a consequente volta ao ensino 100% online, a evasão de alunos volta a se acentuar, e os donos de escola aumentam a pressão para o retorno presencial, materializada na aprovação da educação como atividade essencial pela Câmara de Vereadores de Natal, por exemplo.

Como se vê, a experiência prática da realidade escolar nas escolas privadas é de um verdadeiro inferno na vida dos professores e funcionários, que arcam com a mais brutal consequência da mercantilização da educação e pela ausência de uma direção sindical combativa. A ordem do dia é fortalecer a política do proletariado, para que assuma a direção da maioria oprimida, e constituir uma fração revolucionária entre os trabalhadores da educação privada, vinculando a luta nas escolas privadas com a luta geral em defesa da educação pública e das condições de trabalho e ensino.

É preciso lutar por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social! Expropriação da rede privada sem indenização, sob controle de quem estuda e trabalha!

Abaixo o EaD, que é a excrescência do capitalismo! Assembleia presencial urgente, para organizar a luta coletiva dos trabalhadores em educação da rede privada! Que a direção do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino (SINPRO-RN) abra o sindicato para organizar a luta dos trabalhadores em educação da rede privada que estão morrendo de fome e das consequências da pandemia.

Assembleia do dia 29 de abril **Traição consumada**

A direção do Sindicato Metalúrgico de Taubaté (Sindimetau) levou, finalmente, a assembleia a aprovar um acordo de indenização. O pacote havia sido tramado nos bastidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da LG e do sindicato.

De início, a LG ofereceu um total de R\$ 20 milhões. Sob a orientação do sindicato, a assembleia do dia 12 aprovou a greve. Na realidade, essa decisão serviu para acobertar as negociações de bastidores. Era preciso que o presidente do sindicato, Cláudio Batista, convencesse os operários de que o fechamento da fábrica era inevitável, mas que era possível alcançar uma indenização acima da oferta da multinacional coreana. A isca estava lançada. Tratava-se de encontrar o momento certo para a burocracia sindical apresentar o valor de R\$ 37,5 milhões como uma vitória. Não vendo possibilidade do movimento impor a bandeira do não fechamento e preservação dos empregos, sem esperança, a assembleia se deixou fisgar. Estava consumada a traição.

É claro que a mesma direção que traiu recentemente o movimento contra o fechamento da Ford iria dourar a pílula da indenização, transformando a terrível derrota dos metalúrgicos e de toda classe operária em vitória. Cláudio Batista diz que o acordo resultou de “um processo muito árduo, com vigília de 24 horas na porta da empresa”; e com a “união de todos”, segundo Camila Martins, operária da LG e dirigente sindical. O burocrata e a burocrata escondem que o “proces-

so muito árduo” e a “união de todos” resultaram de ações políticas voltadas a colocar os operários contra a parede, e de tirar-lhes a esperança de continuar a luta.

O ponto de partida da derrota esteve na aceitação da direção de que o fechamento da fábrica era fato consumado, e que não havia como lutar contra. Descartou a possibilidade de ocupar a fábrica, estabelecer o controle operário, e lançar um movimento pela estatização sem indenização da multinacional. O que deveria ter feito também no caso da Ford. Sendo assim, os burocratas tiveram de se agarrar ao TRT e MPT, que mancomunaram com a LG, para cevar os trabalhadores, semeando a ideia de uma indenização “justa”. O resultado é que centenas de empregos foram fechados, agravando o desemprego no país.

Toda burocracia sindical carrega em suas entranhas a política de amortizar a revolta dos trabalhadores, levando-os a desacreditar na sua capacidade de luta, e na existência de meios mais poderosos da luta de classes, como a ocupação das fábricas. O que os burocratas perdem, com o afrouxamento dos nervos classistas, ganham em esperteza e flacidez, na aplicação da política de conciliação de classes diante do punho fechado dos escravizadores da classe operária.

A vanguarda com consciência de classe tem de extrair as lições desses acontecimentos, para forjar uma direção revolucionária no seio da classe operária, expulsar os burocratas, e emancipar os sindicatos da influência da política burguesa.

Assembleia na LG do dia 28 de abril **Direção sindical se apoia no TRT, como se não fosse patronal**



O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (Sindimetau) explicou que levou a nova proposta de indenização à assembleia, aceitando a sugestão do TRT. Uma vez aprovada pelos trabalhadores, o sindicato irá “notificar o Tribunal e a LG que a pré-proposta foi aprovada”. Como se vê, a direção do Sindimetau acredita que o TRT está a favor dos metalúrgicos, ao ponto de indicar o caminho da manobra legal. Lembremos de que a primeira audiência não resultou em um acordo, então, o sindicato convocou assembleia,

aprovou o retorno à greve. Lembremos também de que, anteriormente, o Sindimetau resolveu aderir à greve, que havia sido decretada nas fábricas fornecedoras da LG. Diante da exigência do TRT de suspender a greve para abrir negociação, a direção não pensou duas vezes, e rompeu a unidade grevista. O jogo não deu certo, e então, retomou-se a greve, mas com o objetivo de enterar o movimento, obtendo um acordo de indenização no TRT. Pouco importa aos burocratas do Sindimetau o que vai acontecer com as metalúrgicas Blue

Tech, 3C e Sun Tech.

A aprovação da nova proposta, que, segundo o próprio presidente do sindicato, já havia sido “apresentada pelo TRT”, dá a entender que, nos bastidores, as negociações caminham para um acerto. É questão de dias para que a LG seja fechada e os trabalhadores demitidos. Esse desfecho era previsível, uma vez que já havia se passado com o acordo de fechamento da Ford.

Os operários passivos diante de uma burocracia espertalhona não puderam se revoltar contra o fechamento e ocupar a fábrica. Leram com atenção o Boletim Nossa Classe, mas a desorganização e a despolitização do movimento operário pesaram a favor da burocracia e da multinacional. A luta do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos pela unidade grevista é a única fresta de luz que resta ao acordo não concluído.

Manifestação e ato em frente ao Consulado da Coreia do Sul

Enquanto os burocratas da CUT aceitavam o acordo de indenização proposto pelo TRT, os grevistas da Sun Tech, Blue Tech e 3C realizavam uma manifestação em São Paulo, para entregar uma carta-pedido de reunião com o cônsul-geral da Coreia do Sul. Em passeata até o Consulado, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos lançavam palavras de ordem contra a posição da multinacional, que eram respondidas com os gritos “LG, preste atenção, sem as terceiras, você não tem produção.” Isso porque a produção da quase totalidade de celulares da LG é feita por essas três fábricas.

Como se vê, não houve unidade grevista. O sindicato de Taubaté está empenhado em pôr fim ao movimento, aceitando a proposta de indenização. O sindicato de São José dos Campos, por sua vez, mantém uma greve que já dura mais de 23 dias. No discurso, tem falado sobre a estatização da LG. Mas, na prática, vem colocando-se por um acordo nos moldes do que será feito na LG. O fato é que a greve está isolada, e as centrais não se colocaram por organizar a luta geral contra o fechamento da LG e, consequentemente, das fábricas fornecedoras.



Primeiro dia de retomada da greve na LG

Depois da suspensão da greve unitária, LG, Blue Tech, 3C e Sun Tech, que atendeu a exigência do TRT, a direção do Sindimetau retomou a greve na LG, objetivando “melhorar” as propostas da empresa de indenização. Os militantes do Boletim Nossa classe estiveram no dia 26 nos portões da LG. Observaram que havia um piquete para controlar a entrada dos terceirizados e gerentes, e impedir que os demais operários furassem a greve. Diante das colocações dos militantes em defesa do piquete e da decisão da assembleia,

um dos dirigentes do sindicato disse que é preciso garantir o “direito de ir e vir”. A direção do sindicato informou que a greve deve ocorrer até a reunião do TRT, marcada para o dia 27. Não havia carro de som, o que dificultava reunir os operários. O único momento que implicou uma resposta dos grevistas foi quando os burocratas pediram para que 4 voluntários entrassem na fábrica, com o intuito de liberar um caminhão com produtos para a distribuidora. Diante da recusa dos operários, os dirigentes sindicais fizeram duas amea-

ças: 1) que não se responsabilizariam pelo não cumprimento da decisão de conferir os produtos que saíam da fábrica; 2) que, se não houvesse voluntários, o sindicato apontaria os 4 trabalhadores que deveriam executar a tarefa. A partir desse momento, começou a dispersão dos grevistas.

Como se vê, o primeiro dia de retorno à greve não serviu para impulsionar o movimento. Ao contrário, serviu para separar os grevistas da LG dos trabalhadores terceirizados, e mostrar a prepotência da direção sindical.

Relato da intervenção do POR no ato em frente à LG

O ato, convocado pela CSP-Conlutas, ocorreu no dia 22. O objetivo foi levar os grevistas das fábricas de Blue Tech, 3C, Sun Tech para frente da LG. Isso porque a assembleia do Sindicato Metalúrgico de Taubaté havia aprovado a suspensão da greve, quebrando a greve unificada, aprovada dias antes. Os militantes do POR distribuíram o Boletim Nossa Classe (reproduzido abaixo), que foi lido atenciosamente pelas operárias (a grande maioria das fornecedoras da LG é de trabalhadoras). As intervenções da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos foram no sentido da retomada da greve na LG, para que houvesse uma discussão comum em torno às indenizações. E que o objetivo do ato era o de pressionar para que os trabalhadores da LG retomassem a greve. As correntes de esquerda discursaram em relação à solidariedade aos grevistas, e contra o governo Bolsonaro, por meio da bandeira “Fora Bolsonaro”. Não houve uma só palavra em relação ao 1º de Maio virtual das direções das centrais.

Eis a intervenção do militante porista:

“O POR vem trazer a solidariedade de classe neste momento

tão duro, distribuindo o Boletim Nossa Classe, que coloca nossa posição diante do fechamento de fábricas. Primeiro, é preciso compreender que nós estamos diante da crise estrutural do capitalismo, onde a burguesia e seus governos tentam descarregar sobre as costas dos operários o peso da crise. Assim fez o golpista Temer, impondo a Reforma Trabalhista, para retirar os nossos direitos. Assim fez o fascista Bolsonaro, impondo a reforma da Previdência, para nos tirar o direito à aposentadoria. Assim faz a burguesia, fechando os postos de trabalho, jogando o proletariado e os demais explorados na amargura do desemprego, da fome da pobreza e da miséria. Então, viemos aqui para dizer o seguinte, a Justiça burguesa, pelo seu próprio nome, guarda o seu caráter de classe, portanto, vai agir em favor da burguesia. Está aí por que não podemos aceitar que a justiça divida o movimento.

Os trabalhadores precisam estar unificados em uma única assembleia da Blue Tech, 3C, Sun Tech e LG. Uma assembleia unificada para erguer o movimento, e assim seguir essa luta. Não vamos aceitar o divisionismo, porque quem impõe o divisionis-



Boletim Nossa Classe distribuído no ato em frente à LG

Política Operária

Somente com unidade é possível defender os empregos



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

A decisão da assembleia dos metalúrgicos da LG, de suspender a greve, rompeu a unidade com as trabalhadoras da Blue Tech, Sun Tech e 3C. A posição da direção do Sindicato Metalúrgico de Taubaté (Sindmetau), de aceitar a arbitragem do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desconsiderou a unidade grevista.

Tudo indica que vá ocorrer com a LG o mesmo que ocorreu com a Ford. Aceita-se o fechamento da fábrica, e se faz um acordo de indenização. Milhares de empregos foram destruídos com

o fechamento da Ford, agora agravado com a extinção da produção na LG.

A unificação da greve tinha sido um importante passo, uma vez que não há como separar as brutais consequências do fechamento da LG sobre as fornecedoras Blue Tech, Sun Tech e 3C. A volta ao trabalho na LG mostra que não houve uma unidade operária verdadeira. A direção do Sindmetau apenas utilizou a greve para conseguir uma negociação no TRT, a despeito do que poderá acontecer com as trabalhadoras das fábricas de São José

dos Campos e Caçapava. Uma direção classista jamais coloca o interesse de uma parte dos trabalhadores contra outra. Devemos criticar e rechaçar essa conduta, exigindo a retomada da unidade grevista, em torno da luta pelo não fechamento da LG, e pela preservação dos empregos.

O Boletim Nossa Classe defende que se realize uma assembleia geral dos trabalhadores das quatro fábricas, para levar adiante a bandeira do não fechamento das fábricas. Viva a unidade operária! Não à divisão!

Um chamado aos metalúrgicos da LG

Companheiros,

A divisão enfraqueceu a luta, e pode levar à derrota final do movimento pelo não fechamento das fábricas e pela preservação dos empregos. É preciso urgentemente retomar a unidade grevista. Essa unidade é decisiva, tanto para os metalúrgicos da LG quanto das fábricas fornecedoras.

A direção do Sindmetau quer fazer crer que alcançará um melhor acordo de indenização, a despeito do que vai acontecer com as demais fábricas. O certo é que todos vão perder os empregos. Muitos ficarão desempregados por muito tempo. E não poucos terão de recorrer ao subemprego, ou então a um emprego com salário miserável. Abrir mão dos empregos significa aceitar que os capitalistas podem jogar seus trabalhadores na pobreza e miséria.

O país vem passando por uma onda de fechamento de fábricas, que se iniciou desde a recessão de 2015-2016. Com a pande-

mia, milhares de negócios foram desativados, e os trabalhadores demitidos. São mais de 14 milhões à procura de um posto de trabalho. E mais de 36 milhões que vivem do subemprego e atividades informais.

Os metalúrgicos da Ford e, agora, da LG, Blue Tech, Sun Tech e 3C vão se somar a esse batalhão de explorados, que perderam a única fonte de subsistência regular, que é o emprego com carteira assinada. Eis por que a luta pelo não fechamento de fábricas deve ser levada às últimas consequências. Era preciso ocupar a fábrica, impor o controle operário da produção, e iniciar uma grande batalha pela estatização, sem indenização da Ford e, agora, da LG. Ainda é possível corrigir esse erro.

O Boletim Nossa Classe participa desse ato, na porta da LG, para chamar os operários a exigirem do Sindmetau uma assembleia unificada. Uma assembleia que deve retomar a greve, e preparar a ocupação das fábricas.

Com mentiras, não se derrota o patrão

Assistimos a um ato virtual unificado, em que estiveram presentes dirigentes dos dois sindicatos, representantes das centrais e parlamentares, como Vicentinho, Luís Marinho, etc. Todos discursaram em favor dos empregos. Os representantes das centrais e parlamentares se prontificaram a prestar solidariedade. No entanto, nada foi feito para solidificar a unidade grevista, e conseguir solidariedade prática entre os operários da região, do estado de São Paulo e do país. O mesmo se passou com o fechamento da Ford. Os deputados do PT e PCdoB disseram

que tudo fariam no Congresso Nacional para preservar os empregos. Um porta-voz da CUT chegou a falar em nacionalização da multinacional norte-americana. Tudo não passou de farofa, de conversa fiada.

Os demagogos e hipócritas, que falam em nome da classe operária, apenas cuidam de seus interesses, sejam burocratas sindicais, sejam parlamentares. Era para o movimento operário e sindical estar em pé de guerra contra o fechamento de milhares de fábricas e contra as demissões em massa. Com a pandemia, aproveitaram para amarrar

os pés e as mãos dos trabalhadores. Eis por que não houve uma só mobilização em torno ao fechamento da Ford e, agora da LG e fornecedoras. A enorme quantidade de centrais sindicais só serve para dividir os trabalhadores, e participar da politicagem dos partidos, que só em palavras dizem ser dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores da LG e demais fábricas a exigirem ações efetivas em defesa do não fechamento das fábricas, e pelos empregos. E pela estatização das fábricas fechadas, sem indenização aos patrões.

1º de Maio

Por um 1º de Maio presencial. Não ao 1º de Maio virtual.

É preciso recuperar, urgentemente, as forças sociais do movimento operário e popular



O Boletim Nossa Classe chama os operários da LG, Blue Tech, Sun Tech e 3C a exigirem de seus sindicatos a realização do 1º de Maio presencial, classista e internacionalista. Só temos uma forma para nos defender da pandemia e da crise econômica: lutar nas ruas, por um programa próprio de emergência.

TRABALHADORES, Compareçam ao ato de 1º de Maio presencial, de luta e classista!

Neste 1º de Maio, é preciso: Aprovar um plano de emergência próprio dos trabalhadores, para enfrentar os efeitos nocivos da crise econômica e da pandemia! Lutar em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública e vacina-

ção para todos! Mobilizar contra a alta do custo de vida, as perdas salariais e o aumento da miséria. Por reajustes e por um salário mínimo vital.

- Exigir que os sindicatos abram as suas portas e organizem a resistência coletiva dos trabalhadores!
- Exigir que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, para iniciar a recuperação das forças organizadas da classe operária, e criar as condições para pôr em pé um poderoso movimento de massas!
- Unir os empregados, os desempregados e os subempregados, unir os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, a juventude oprimida, e todos os explorados, em um só movimento, com independên-

cia de classe!

- Tomar as ruas em defesa da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis! Pela quebra das patentes! Fim do controle monopolista das vacinas.
- Exigir a mais ampla liberdade aos lutadores, pondo abaixo a legislação antigreve e todo o aparato repressivo e autoritário!
- Combater a Reforma Administrativa, bem como lutar pela revogação de todas as contrarreformas já aprovadas!
- Lutar pelo não pagamento da dívida pública! E pela aplicação dos recursos no combate à pandemia, e execução de um plano emergencial de obras públicas, para empregar os desempregados.

Intervenção do POR na Assembleia da LG



Na assembleia dos operários da LG, do dia 19 de abril, estavam presentes o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (Sindmetau), representante do sindicato dos metalúrgicos de Pindamonhangaba, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos CNM, do sindicato dos metalúrgicos da região do ABC-SP, dos rodoviários do Vale do Paraíba, diretora da Federação da Mulher de São Carlos, e o presidente da Câmara Municipal de Taubaté, Paulo Miranda. Das correntes, estiveram presentes o POR e PSTU/CSP-Conlutas.

A assembleia foi aberta com um representante do sindicato dos trabalhadores da LG, parabenizando os operários da fábrica pela “greve pacífica e ordeira”. A seguir, falou a diretora da Federação da Mulher de São Carlos, igualmente parabenizando o sindicato de Taubaté, por “estar sempre na luta”, instigando as operárias a confiarem no sindicato. Na sequência, foi passada a palavra ao representante da CNM, que disse que sentia profundo pesar “por ter sido obrigado”, em tempos passados, a “negociar os direitos dos trabalhadores”, mas hoje “louva a deus” por existir um “juiz ao lado do trabalhador”, se referindo ao juiz do TRT, agente da proposta de conciliação a ser votada naquele dia. Disse ter estado na Ford de São Bernardo, quando esta fechou. Disse ter visto a Ford de Taubaté fechar, a Sony, assim como tantas outras fábricas baixarem as portas. Essa lamentação o levou à afirmação de que “não era o sindicato quem coloca um pai de família na rua, mas sim a empresa”. Como qualquer burocrata, concluiu que a decisão de aceitar ou não a proposta não é do sindicato, mas dos trabalhadores.

A seguir, falou o representante do sindicato dos condutores do Vale do Paraíba, que se queixou da falta de valorização dos trabalhadores por parte das empresas. Criticou o presidente Bolsonaro por não dar a devida atenção aos trabalhadores, a exemplo da destruição do Ministério do Trabalho, e, por isso, era preciso “começar a pensar nas eleições de 2022”. Claudionor, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, afirmou ser necessário exigir responsabilidade das empresas, já que no capitalismo não havia sensibilidade humana. Finalizou chamando os operários a “seguirem as orientações do sindicato”. Na sequência, falou um diretor sindical de Taubaté, que ressaltou a transparência do processo de negociação, exaltando a

“postura honesta” do juiz do TRT. Alertou os presentes a não se influenciarem por posições estranhas, e se concentrarem no objetivo de “montar uma padaria ou um açougue, e seguir a vida”, com o dinheiro da indenização.

Por último, falou o presidente do Sindmetau, Cláudio Batista. Iniciou parabenizando os trabalhadores pela greve, por não ter ocorrido “nenhum evento de brutalidade de ambas as partes”, referindo-se aos trabalhadores e a empresa. Na sequência, afirmou que todos os presentes eram responsáveis pelo resultado da greve, “pelo que estaria sendo conquistado ou não”. Elogiou a greve, que havia ocorrido, afirmando ter sido fundamental para que o desembargador mostrasse coerência, e interviesse em favor da abertura da negociação entre o sindicato e a LG. Segundo o presidente do sindicato, essa negociação permitiu a “igualdade entre o sindicato e a empresa”, cujas atuais chances estavam em “50% para cada lado”. Disse que a luta deveria continuar, seja para manter os empregos, ou conseguir uma “indenização justa”. Na sequência, anunciou o parecer do desembargador, que condicionara a retomada das negociações ao fim da greve. Diante desse parecer, o sindicato respondeu que não havia a possibilidade de “voltar ao trabalho no mesmo modelo de antes”, ou seja, o presidente sindical respondeu à justiça que aceitariam os condicionantes, apenas se a LG estivesse disposta a oferecer mais do que a primeira proposta de indenização. A seguir, leu os cinco pontos que foram levados à votação: A empresa deverá pagar os dias de greve; retomada da negociação entre Sindicato e LG, partindo da última proposta apresentada em assembleia; estabelecimento de um calendário de negociação entre Sindicato e empresa, de 19 a 23 de abril, com a participação de representantes dos trabalhadores como observadores; sugestão do TRT de uma reunião ampliada, com participação de Sindicato, LG, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Legislativo Municipal e Estadual, Executivo Municipal e Estadual, para discutir a possibilidade da permanência do IT (monitores e notebooks) em Taubaté; retorno da produção, em caso de aprovação do conjunto da proposta de conciliação. Ao ler o ponto quatro, fez questão de reforçar que procuraria negociar o emprego de parte dos trabalhadores diretamente vinculados ao setor de monitores e notebooks. No entanto, não disse nada a respeito dos empregos do setor de celular. A ler o ponto cinco, defendeu o ultimato do desembargador e do ministério público do trabalho, que impunha a reabertura de negociação condicionada ao fim da greve. Colocada em votação, a esmagadora maioria dos trabalhadores votou em favor da proposta. Houve cinco votos contrários.

Como a assembleia é controlada pela burocracia do sindicato, só houve a proposta da direção de suspensão da greve. O POR foi impedido de falar na assembleia. Os militantes do boletim Nossa Classe conversaram com os trabalhadores, que se mostraram céticos quanto à luta contra o não fechamento da fábrica. A maioria reproduziu o discurso das direções sindicais de negociar uma indenização.

Rondônia**Campanha da Corrente Proletária/POR contra mais um criminoso Projeto de Lei**

Enquanto milhares de camponeses pobres lutam para conquistar um pedaço de terra para o sustento da família e são perseguidos, torturados e assassinados, no dia 20 de abril, a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou um Projeto de Lei Complementar (PLC080), encaminhado pelo governador Coronel Marcos Rocha, que diminui os limites da Reserva Extrativista Jaci-paraná e do Parque Estadual de Guajará-mirim. O que não é novidade. Os deputados aprovam os projetos que favorecem os interesses da classe dominante e, particularmente, dos grileiros.

Rondônia, como os demais estados da região Amazônica, está marcada, nos últimos anos, pelas trágicas violências de classe sobre a população indígena e ribeirinha. Está marcada pela construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no ano de 1912, que inicia em Porto Velho, e vai até Guajará-mirim, fronteira com a Bolívia. Esta construção custou a vida de milhares de indígenas e migrantes de várias partes do país, principalmente nordestinos e milhares de trabalhadores de 50 países. Está aí por que a

história dramática da construção dessa ferrovia tenha dado origem a um livro, intitulado “Ferrovia do Diabo”.

No governo do presidente Lula, aconteceu a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que desabrigou os ribeirinhos do rio Madeira e Mamoré e demais populações, que dependiam da pesca e cultivo da terra. Lembremos dos protestos e manifestações de rua e das denúncias dos povos indígenas, ribeirinhos e dos explorados em geral. O levante dos operários, em 15 de março de 2011, passando por cima das direções traidoras, marcou a história da classe operária, em sua luta contra a exploração nos canteiros de obras. No entanto, suas direções apoiavam o governo do PT, e não estavam dispostas a unificar esse movimento local com as reivindicações dos povos indígenas e ribeirinhos.

Como se vê, em vários momentos históricos, os governantes têm imposto seus projetos antioperários e antipopulares. Nesse momento, governador e deputados, aproveitam o imobilismo e a passividades das direções sindicais,

camponesas e populares, para aprovar a criação de seis Unidades de Conservação, que retiram 152 mil hectares da Reserva do total, para entregar para a iniciativa privada. Mentem à população, dizendo que o PL visa ao meio ambiente, aos indígenas e às populações locais. Ivonete Bandeira, que atua na Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), afirmou que “diminuir o Parque Guajará-Mirim vai abrir a região toda para invasão na Terra Indígena Karipuna e de outras unidades ali perto. O governo tem recursos que podem recuperar essas regiões que estão degradadas, e não dar de presente para grileiros”. A justeza da denúncia, porém, não vem materializada na organização do movimento, para impedir a implantação de mais um projeto criminoso no estado.

A Corrente Proletária/POR denuncia essa política criminosa dos governantes e dos parlamentares, e exige que as direções sindicais rompam essa maldita passividade, e organizem a luta coletiva, com protestos massivos, para enfrentar mais esse ataque aos povos indígenas e explorados em geral.

São Paulo**Boletim da Corrente Proletária convoca o 1º de Maio****Que os trabalhadores da Educação participem do 1º de Maio presencial, de luta, classista e internacionalista!**

Eis algumas passagens:

Os governos estão impondo o retorno presencial às escolas, tanto na rede estadual, como na municipal. O fato de ter sido aprovado um Decreto, tornando a Educação serviço essencial, fortaleceu a manobra autoritária. (...) Junto com a imposição do retorno, a Educação vem sofrendo com o recrudescimento de vários problemas. Aumentou consideravelmente a presença do Ensino a Distância (EaD) nas escolas de todo o país. Ao mesmo tempo, e em conexão com esse fato, se tem intensificado o con-

trole ideológico sobre professores e estudantes, assim como a carga de trabalho pedagógico. EaD, vigilância e superexploração são meios importantes para a burguesia implementar seus planos privatistas, além de facilitar a repressão aos lutadores, e abrir espaço para o avanço ideológico do obscurantismo. (...) Num quadro difícil como este, era e continua sendo muito importante a atuação dos sindicatos, na defesa dos trabalhadores e da Educação pública. O problema é que as direções dos sindicatos se têm subordinado à política burgue-





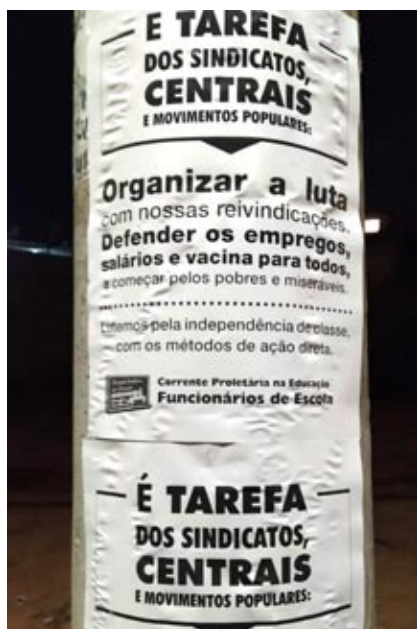
sa do isolamento social. Estão, desde o princípio da pandemia, defendendo a bandeira do “fica em casa”. (...) O método da “greve sanitária” fracassou, e a maioria está retornando às aulas presenciais. Uma parte da burocracia sindical, a Aprofem, já utilizou uma “consulta virtual”, com o claro objetivo de encerrar o movimento. O caminho deve ser outro: são os trabalhadores, os estudantes e as famílias

que devem decidir se devem retornar ou não às aulas presenciais. Daí a importância do chamado às assembleias presenciais.

O Boletim conclui, criticando o 1º de Maio virtual das centrais sindicais, e chamando os trabalhadores da educação a fortalecerem o 1º de Maio presencial, classista e internacionalista, que ocorrerá na Av. Paulista.

São Paulo

Merendeiras sem salários e vítimas da pandemia



Nas escolas estaduais do município de Francisco Morato, a cozinha é terceirizada. As merendeiras, desde janeiro de 2021, estão com os salários atrasados, e expostas à contaminação. No mês de abril, uma funcionária da cozinha faleceu de Covid-19. Apesar disso, essas funcionárias continuam trabalhando, sem ter a certeza de que irão receber os salários.

O fato é que não há nas escolas nenhum “protocolo” sanitário. Mesmo com o falecimento da merendeira, a escola se manteve aberta. Com a decisão do governo, de considerar a educação um serviço essencial, suas portas permanecem abertas. E a vacinação para uma camada de trabalhadores da educação, acima de 47 anos, é feita a conta-gotas.

Se, de um lado, o governo Doria exige o retorno presencial das aulas; de outro, as direções sindicais estão refugiadas no mundo virtual. Quem vêm pagando são os trabalhadores, que morrem como moscas, nos bairros pobres, onde está a grande maioria das escolas públicas.

A Corrente Proletária dos funcionários de escola denuncia as imposições dos governantes, e exige que as direções sindicais convoquem imediatamente as assembleias presenciais, para que os trabalhadores tomem em suas mãos a tarefa de defesa da educação pública e da vida da maioria explorada. Defesa essa que só pode ser nas ruas, e por meio de uma verdadeira greve, não a tal “greve sanitária”, inventada pelos burocratas..

Ceará

Boletim O Proletário, do mês de abril

O Boletim denuncia a situação dos feirantes de Aracapé e de bairros vizinhos, que, em função das medidas restritivas do governador Camilo Santana (PT), estão sem o seu ganha pão e sem o auxílio emergencial. Conclui a nota, exigindo que o governo atenda as reivindicações dos feirantes, e um auxílio emergencial de acordo com as necessidades das famílias trabalhadoras.

O Boletim traz também uma denúncia sobre o orçamento aprovado no Congresso Nacional, que corta recursos da saúde, educação, ciência e tecnologia, e enche os bolsos dos deputados com as emendas parlamentares. Diz que as direções sindicais rejeitaram a luta contra mais essa ofensiva do governo Bolsonaro e Congresso Nacional.

Por fim, faz o chamado do 1º de Maio presencial. Diz: Viva o 1º de Maio – Dia Internacional dos trabalhadores! “O 1º de maio é a mais importante data dos trabalhadores. Neste dia, milhões de oprimidos em todo o mundo ganham as ruas para protestar contra a exploração do trabalho, que enriquece os bilionários capitalistas, e empobrece o proletariado, que é quem produz a riqueza social na indústria, comércio, etc. O 1º de maio deste ano será importante para denunciar as péssimas condições de trabalho e os salários miseráveis que também atingem a juventude oprimida. Lutemos pelo fim da escravidão assalariada! Pelo fim do capitalismo! Por uma sociedade socialista, sem explorados e nem exploradores”.

São Paulo

Nota da Corrente Proletária na Educação**Polícia assassina mais um jovem na zona Leste**

*Chega de chorar sobre os corpos de nossos filhos
Somente com a luta massiva nas ruas, poderemos
combater os crimes da burguesia*

A Corrente Proletária/POR denuncia os assassinatos de jovens nos bairros pobres da capital, pela polícia do governo do PSDB. Nesse momento, Thiago Aparecido foi mais uma vítima das armas dos policiais. Foi cravejado, quando foi ao mercado comprar pão, logo de manhã. Ficou 13 dias no Hospital São Mateus, agonizando.

Os lojistas e donos de supermercados contratam policiais para “vigiar”, para fazer a “segurança”. São policiais que fazem bico para completar os salários. Na zona Leste, é comum ter nesses locais policiais a “paisana”, mas orientados pelos proprietários a atirar nos jovens, suspeitos de roubos, geralmente negros. Agora, foi a vez de Thiago.

A responsabilidade pelos assassinatos é inteiramente da burguesia e seus governantes. Os policiais agem sob as ordens dos governos e dos capitalistas, proprietários dos supermercados e lojas. Não adianta lamentar os assassinatos de jovens. Não adianta se solidarizar em palavras com as mães, que choram a morte dos filhos. A única forma de dar um basta à violência policial e aos seus mandantes é organizando a luta nas ruas, constituindo os comitês de defesa nos bairros pobres, e exigindo que as direções sindicais e populares rompam com a passividade, e se coloquem por preparar o combate pelos empregos, particularmente para a juventude oprimida, que padece do desemprego.

Rio Grande do Norte

Mãe é perseguida em São Gonçalo por defender o direito à consulta no SUS

As mães que têm filhos deficientes necessitam muito do acompanhamento médico pelo SUS. Diante da burocracia para a marcação de consultas, houve uma mobilização dessas mães, que resultou em uma vitória parcial, principalmente da dispensa de comprovante de domicílio, ou de cadastro no SUS. No entanto, uma das mães, que sofreu maus tratos, abriu um processo por danos morais na justiça contra o Secretário de Saúde. Depois disso, a mãe afirma que passou a ser perseguida no município, ao ponto de homens irem à sua residência, e ameaçar toda a família de morte.

A Corrente Proletária na Educação (POR) denuncia a perseguição política e exige que a prefeitura e o SUS elimine toda a burocracia que impede que seus filhos com necessidades especiais sejam acompanhados pelos médicos do SUS.

Entrevista com o militante do POR

No programa *Mesa de Debates*, transmitido on-line, no dia 22 de março, teve por convidado um militante do POR, que respondeu às perguntas sobre a “Política nacional, vacinação e esquerda”.

Segundo explicou o apresentador, Guilherme, a entrevista se dava no marco de uma série de entrevistas a diferentes correntes, que se reivindicam da revolução socialista.

Abaixo, as principais avaliações, caracterizações e formulações apresentadas no percurso da entrevista. Para melhor exposição do raciocínio, apresentamos com subtítulos e ordenamos em sequência.

Apresentação

O militante porista começou assinalando que o partido esteve presente nos acontecimentos mais destacados da luta de classe, e respondeu a cada fenômeno da crise política, econômica e sanitária, focalizando sua intervenção no seio da classe operária. Foi essa intervenção, afirmou, que viria a se concretizar na elaboração programática e nas respostas particulares, resultantes da intervenção prática na luta de classes, que finalmente contidas no livro *“Pandemia. Avançam a miséria e a fome”*. Estava aí impressa, disse, a essência da linha política do

partido, de sua atuação prática, e da luta que travou contra a política burguesa de isolamento social.

Divisão interburguesa e como enfrentar a ultradireita

Perguntado sobre qual a posição do POR em face da divisão operada entre Bolsonaro e Doria ao redor das medidas para a pandemia, e qual a política e métodos para impulsionar a tarefa de “derrotar a extrema-direita” fascistizante, o militante porista afirmou que o ponto de partida para estabelecer a política proletária, na situação, residia em reconhecer que a barbárie em que se vive sob a pandemia já existia, como expressão do esgotamento do modo de produção capitalista.

Explicou que a desagregação do capitalismo perpassava qualquer que seja o governo burguês de plantão - embora a pandemia agravasse suas manifestações sociais. De forma que, para responder à pergunta, devia-se antes caracterizar o conteúdo de classe do Estado. E, dentro desse quadro, colocou que se podia mostrar que as divisões no interior da política burguesa serviam para ocultar a responsabilidade conjunta desses agentes políticos burgueses, pelas desgraças vivenciadas pelas massas.

Concentrar a responsabilidade sobre o governo Bolsonaro e dela livrar o governo Doria, serviu para criar a ilusão de que

seria possível defender as massas, se submetendo à política burguesa de isolamento social. Nada mais falso, uma vez que são duas expressões da política burguesa de isolamento social, que é determinada, em última instância, pelos interesses objetivos dos capitalistas.

Estava aí por que não se poderia derrotar a ultradireita, apoiando as medidas de Doria. A tarefa das organizações operárias era a de assumir e desenvolver um programa emergencial próprio da classe operária e demais oprimidos. Ou seja, defender a estratégia do governo operário e camponês. Não havia, portanto, como responder ao problema geral da crise, sem responder com a política geral da classe operária.

Política burguesa de isolamento social

Segundo o militante do POR, as correntes que se reivindicavam do socialismo não entenderam, ou não quiseram entender, o fundamento de classe das respostas à pandemia, não apenas quanto ao flagelo sanitário, mas também quanto às consequências econômicas. Não se podia desconhecer ou ocultar que a medida científica do isolamento social necessariamente seria planejada e aplicada pelos governos, sob limites impostos pelo poder econômico. Em outras palavras: era visível que o isolamento social estaria subordinado, acima de tudo, aos interesses econômicos da burguesia. Não por acaso, a burguesia se demonstrou incapaz de proteger os explorados. Imperaram, em última instância, seus interesses de classe exploradora, voltada, custe o que custar, aos lucros. Os trabalhadores teriam, portanto, de arcarem com as demissões, rebaixamento de salário, destruição de direitos, fechamento de fábricas, etc.

Ao ocultar o conteúdo de classe das respostas ao fenômeno natural da pandemia, não se poderia entender o “negacionismo” das posições de Bolsonaro. O fundo real da ideologia obscurantista se encontra nas relações econômicas.

Ao ocultar o conteúdo de classe das respostas ao fenômeno natural da pandemia, não se poderia entender o “negacionismo” das posições de Bolsonaro. O fundo real da ideologia obscurantista se encontra nas relações econômicas. O governo federal foi tomado de surpresa, temeu a derrocada econômica, e o descontentamento do amplo contingente da classe média, imersa no comércio, transporte e serviços, bem como o dos pequenos e médios capitalistas. Esteve e está colocado rechaçar o “negacionismo” de Bolsonaro, sem se submeter ao “anti-negacionismo” de Doria. Trata-se de as organizações operárias e populares organizarem os explorados no campo da independência de classe. Era e é necessário agir em defesa da proteção sanitária das massas, e contra as consequências econômicas do isolamento social da burguesia, erguendo uma frente única, sobre a base de um programa e métodos de luta, próprios da classe operária. Somente assim, seria possível separar o isolamento social orientado pela ciência e a política burguesa do isolamento social.

Corporativismo e divisionismo

Os fundamentos acima expostos explicavam, disse o militante porista, por que o isolamento social foi extremamente

Entrevista com o militante do POR

parcial, ao longo do percurso da pandemia. Bastava ver, por exemplo, como a “greve sanitária” (na verdade, um boicote) dos professores estaduais e municipais de São Paulo expressou claramente o arraigado corporativismo e divisionismo, ao separar o que se passava nas escolas do que se passava nas fábricas, comércios, transportes, serviços, bairros pobres e miseráveis.

O problema, salientou o entrevistado do POR, residiu na submissão das direções aos ditames da política burguesa do isolamento social. Haja vista que não se defendeu um programa comum com aqueles que tinham de trabalhar e lotar os transportes. Isso por que os burocratas não quiseram se chocar com a política burguesa de isolamento social.

A essência desse programa comum residia na defesa dos direitos, salários e empregos de todos os explorados, e da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. As direções burocráticas foram incapazes de assumir um programa, e afundaram no corporativismo. Para romper esses entraves, era preciso convocar as assembleias presenciais e estabelecer os métodos de ação direta. O que faria possível romper o isolamento e confluir aos professores com o conjunto dos explorados.

Abandono do campo da independência de classe

O militante porista indicou que, quando se manifestam de forma aberta as profundas contradições materiais do capitalismo, ficam mais claras as tarefas históricas da revolução proletária. Em momento mais “pacíficos”, de crescimento econômico relativo, é mais fácil à burguesia ocultar as premissas

históricas de seu esgotamento e a vigência do proletariado como classe revolucionária, que sepultará a sociedade de classes.

O fundamental estava em reconhecer que a combinação da crise econômica capitalista e da crise pandêmica rompeu

a ilusão de que seria possível proteger as massas oprimidas, uma vez que a burguesia demonstrou ser incapaz de proteger as condições mínimas de existência social da maioria oprimida. O que demonstra, de forma precisa, que, no fundamental, nada será resolvido, sem que as massas encarnem o programa da revolução e ditadura proletárias. O lugar da vanguarda revolucionária é o de fazer sua defesa, de acordo com as condições objetiva, e desenvolver a política de independência de classe.

É nesse sentido que o POR não se unia ao PT e seus aliados em torno à bandeira do impeachment, caracterizando-o como um instrumento de Estado, para solucionar a crise de governabilidade da burguesia. A bandeira, diferentemente, é a de “Abaixo o governo Bolsonaro”, que indica o caminho da luta de classes e a derrocada do governo pelas massas. O que implica desenvolver a estratégia do governo operário e camponês. A condição para esse enfrentamento com o governo burguês de Bolsonaro é determinada pelo desenvolvimento da luta de classes.

As esquerdas não se guiaram por essas premissas e se paralisaram, refugiando-se no mundo virtual. Isto enquanto ocorriam demissões, fechamento de fábricas e profundos ataques às massas. Abandonaram o campo da independência de classe

do proletariado, arrastando-se por detrás das políticas ditadas pela própria burguesia, deixando os explorados à mercê de seus inimigos de classe. Perdeu-se, assim, uma oportunidade favorável para retomar a iniciativa política da classe operária.

Lula e as eleições

Segundo explicou o entrevistado, embora importante, a retomada dos direitos políticos de Lula constituía apenas um fator da crise política colocada. Não se travava de um produto da luta do PT. O petismo pouco fez para mobilizar a classe operária, diante do golpe de Estado contra Dilma, nem mesmo depois diante das medidas antioperárias e antipopulares de Temer e Bolsonaro. A reabilitação de Lula, ainda em curso, dependeu em grande medida da divisão ao interior das instituições da burguesia.

Manifestava-se agora como um reflexo das contradições da democracia oligárquica e das crises política e econômica sobre as diversas frações burguesas. O proletariado e demais explorados, ao não contarem com uma direção revolucionária, foram submetidos à política burguesa do isolamento social, e estão pagando caro. Não se pode deixar de responsabilizar as direções reformistas e centristas – PSTU, MRT, PCO, etc. – quanto ao desarme ideológico, político e organizativo dos explorados.

Reivindicações imediatas e estratégia revolucionária

Como explicou o militante do POR, o capitalismo está esgotado, ao ponto de a ciência e as vacinas serem controladas pelos monopólios, que barram o acesso às massas pobres e miseráveis. No Brasil, a dissensão entre Bolsonaro e Dória, quanto ao Plano Nacional de Vacinação, se manifesta como reflexo da guerra comercial, encabeçada pelos Estados Unidos. Eis por que tem sido demorado em impulsionar a vacinação, que se acha em descompasso com o agravamento da pandemia. Objetivamente, se coloca a expropriação dos monopólios, estatização do sistema privado de saúde, e centralização de todos seus recursos pelo SUS, que tem de passar para o controle da classe operária.

O que coloca a questão: qual o governo que pode fazer isto? Somente o governo operário e camponês. Ou seja, somente o proletariado organizado como classe independente, lutando pelo poder, sob a sua estratégia própria, vai encontrar uma resposta que, de fato, proteja as massas.

Eis por que as reivindicações mais imediatas se relacionam com a luta do proletariado pelo poder. Para isso, trata-se, agora, da tarefa de desenvolver um plano emergencial em defesa das massas, começando por lutar contra as demissões, as reduções de salários e pela estabilidade nos empregos, etc. O que evidentemente significa mobilizar a força social do operariado, por suas necessidades e bandeiras próprias.

Crise de direção

O problema dos problemas reside em que a classe operária entrou na pandemia com uma direção que a desarmou ideológica, política e organizativamente. O que impediu-lhe compreender que a oposição “negacionismo” versus “cientificismo”, “bolsonarismo” versus “anti-bolsonarismo”, são disputas marcadas por divisões, que ocorrem no aparato do Estado, e

dizem respeito aos diversos interesses burgueses, e não dos explorados.

O essencial está em assinalar que os principais responsáveis pela permanência de Bolsonaro no poder são as direções sindicais, que se negaram a organizar o proletariado e demais oprimidos no campo da independência de classe, e com os métodos da ação direta. Padecendo da crise de sua direção revolucionária, eram então as correntes reformistas e centristas que impunham a política de conciliação de classes, recusando-se a defender um programa emergencial próprio dos explorados.

Nas atuais condições, a tarefa é a de auxiliar a classe operária a se libertar das cadeias de submissão, impostas pelas direções. E elevar a consciência dos trabalhadores sobre as manobras políticas, originadas das divisões burguesas. A vanguarda tem o dever de trabalhar para que o proletariado dê passos no sentido da superação da crise de direção revolucionária.

Construir o partido revolucionário

Perguntado ainda sobre a previsão de revoltas no Brasil, o entrevistado porista indicou que existem elementos contraditórios, que impedem responder de forma taxativa à pergunta. Pelas condições objetivas, há elementos suficientes para uma revolta. Mas, as condições subjetivas (crise de direção) não correspondem às condições objetivas. Está aí, afirmou, a necessidade de formular um programa, para avançar à organização de uma força política consciente para os próximos levantes. A classe operária e a maioria oprimida entraram em profundo refluxo. O temor da virulência da pandemia passou a ser um fator objetivo, muito bem utilizado, tanto pelos governantes, quanto pelas direções colaboracionistas. Mas, é questão de tempo para que vençam a passividade e retomem o curso da luta. A vanguarda com consciência de classe deve tomar o cuidado de não se adaptar ao marasmo desse longo período de pandemia. E manter firme o trabalho voltado ao restabelecimento da democracia das assembleias e da organização dos movimentos.

O capitalismo está historicamente esgotado – sobrevive destruindo forças produtivas e alavancando a barbárie. Essa condição geral reflete as contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, na sua forma monopolista: a forma mais elevada de organização capitalista, que tende a se desintegrar. É precisamente essa caracterização que exige desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias. Ou seja, defender abertamente o programa revolucionário do proletariado.

O essencial, portanto, estava em observar as tendências de luta na classe operária, e traduzir seus instintos de revolta em programa. O que exige a presença do partido marxista-leninista-trotskista no seio dos explorados. Partido esse que percorre um longo percurso histórico, de formação e consolidação. O objetivo de superar a crise de direção, na atual situação, se concentra na tarefa de formar quadros, que dominem o programa da revolução proletária, travando o combate contra a burguesia e todas as correntes revisionistas. Eis como vão afirmando-se as teses programáticas, que servem de pilares à construção do partido. As experiências da longa pandemia e do flagelo, que se abateram sobre as massas, passam a fazer parte do programa proletário.

Multinacional do cimento anuncia fechamento das fábricas no Brasil

A crise econômica, aprofundada pela longa pandemia, tem trazido enormes prejuízos aos trabalhadores. A grande maioria dos setores vem demitindo a rodo. Em janeiro, a montadora Ford anunciou o fechamento de suas fábricas no Brasil. A LG também anunciou o encerramento da produção de celulares, em Taubaté, e a demissão dos operários. Agora é a vez da multinacional de cimento franco-suíça LafargeHolcim comunicar a venda de suas fábricas. A LafargeHolcim é uma gigante mundial,

que emprega cerca de 90 mil trabalhadores, em mais de 80 países. Com cerca de 1.600 operários, a LafargeHolcim Brasil está presente em três das cinco regiões brasileiras: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Particularmente em Minas Gerais, há fábricas em Barroso, Pedro Leopoldo e Montes Claros, além de um terminal em Barbacena, e uma PCH em Uberaba.

Tanto a burocracia da federação, quanto a do sindicato, lamentam a decisão da multinacional de vender suas fábricas. Limitam-se a dizer que ainda

não sabem se serão os chineses os interessados pelo negócio. Não fazem sua tarefa fundamental, que é a de organizar os operários para defender os empregos. Trata-se de uma burocracia sindical que há muito não guarda nenhuma relação com os interesses gerais dos trabalhadores. Está aí por que é urgente que os operários classistas exijam a convocação de assembleias presenciais, para pôr em marcha a luta pelos empregos e contra o fechamento de fábricas.

Ocupar, impor o controle operário e estatizar sem indenizar, para defender os empregos na Yoki

A multinacional norte-americana General Mills, que comanda a Yoki, fechará a fábrica do município de Nova Prata, Rio Grande do Sul, com 300 operários. Os burocratas do sindicato disseram que a decisão não foi “negociada” com os trabalhadores, sindicato e prefeito, que lamenta a perda de arrecadação com a saída da empresa. O diretor da Yoki se limitou a dizer que a ordem vem dos Estados Unidos, e que não teria como modificar. Sindicalistas e membros da prefeitura denunciaram que a Yoki recebeu vantagens para se instalar no município, dois enormes terrenos, e despesas de escrituração e registro de imóveis, pagas com dinheiro público. Segundo a empresa, trata-se de redução de despesas e, por isso, fechará a fábrica de Nova Prata, e concentrará em Pouso Alegre, Minas Gerais.

O que fazer? Esperar o fechamento para negociar as indenizações? Não! Essa política das direções sindicais é de derrota para os operários. Basta ver as experiências com a Ford, LG, etc. O caminho para defender os empregos é a convocação da assembleia para ocupar a fábrica, colocá-la sob o controle operário, e exigir que os governantes a estatizem, sem mais nenhum tostão à multinacional.

Vêm mais ataques aos metalúrgicos Fiat impõe férias coletivas

A montadora Fiat, de Betim, colocou 1.900 operários em férias coletivas, por no mínimo 10 dias. Outras montadoras, como a Chevrolet, Honda, Audi (Volks), Scania, Volvo e Mercedes-Benz, Renault e Nissan vêm agindo no mesmo sentido. As justificativas são sempre as mesmas: ora alegam escassez de insumos para a produção de automóveis; ora queda nas vendas. Segundo a Anfavea, a indústria automobilística no Brasil tinha, até o começo de abril, 29 fábricas de veículos paradas, de um total de 58.

E o que têm feito o maior sindicato metalúrgico do país? Nada! Trata o fechamento de fábricas, suspensão dos contratos, demissão em massa, avanço da terceirização, quebra de direitos, e uma infinidade de ataques patronais, como se fosse um problema deste ou daquele patrão; desta ou daquela empresa. São direções que sempre estão prontas para sentar à mesa dos patrões, para trocar os empregos pelas quirelas de indenização, ou para ajudar na implantação da flexibilização capitalista do trabalho (banco de horas, férias coletivas forçadas, layoff, PDV, etc.). O fato desses burocratas estarem, há anos, praticando a política de conciliação de classes e eliminando a democracia operária das assembleias acabou constituindo uma camada de trabalhadores passiva e amedrontada com o desemprego. Está aí por que é preciso recuperar as forças sociais do proletariado, para dar um basta a essas direções traidoras e servis aos capitalistas e governantes.



Zanettine Barossi: patrões exigem reposição, demitem e ignoram as contaminações

Com o adiantamento dos feriados na cidade de São Paulo, no final de março, a ZB suspendeu as atividades produtivas, para não ter de pagar hora-extra aos trabalhadores. Como sempre, os patrões decidem de acordo com o que é melhor para os seus lucros. E os trabalhadores ficam à mercê dessas decisões.

Na ZB, já se perderam as contas de quantas vezes os trabalhadores foram obrigados a repor horas, o que aumenta a jornada de trabalho semanal, deixando insuportável o trabalho, que é desgastante. No mês passado, mesmo após se recusar a cumprir mais uma dessas medidas, um trabalhador foi escalado para a reposição. Ao reclamar com o RH, foi demitido na semana seguinte, sob a alegação de que chegava atrasado, quando todos sabem que é mentira. Os trabalhadores ficaram indignados, mas, com medo de também serem demitidos, caso “abram a boca”. Se não bastasse isso, os che-

fes vivem dizendo que os trabalhadores estão aproveitando-se da pandemia para pegar atestado e ficar em casa, ignorando as contaminações e mortes que ocorrem diariamente nas famílias operárias.

Diante disso, a direção sindical não faz nada. Não convoca assembleia para organizar a luta contra o patrão. Não incentiva a organização sindical e política dos trabalhadores, deixando os patrões livres para fazerem o que quiserem.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem da direção sindical que organize a luta, sob a consigna “demitiu, parou!”. Pela imediata reconstrução do operário demitido por perseguição! Luta em defesa dos empregos e salários, nossa única fonte de sobrevivência. O Boletim diz que, para acabar com a ditadura dos patrões e seus capachos, não há outra saída, a não ser a organização coletiva da classe operária.

Paralisação dos bancários da Caixa Econômica Federal

Greve sem ação coletiva de rua não freia a política de Bolsonaro

Diante da ofensiva do governo Bolsonaro de privatização da Caixa, dando seu primeiro passo com a abertura de capital da Caixa Seguridade na Bolsa de Valores, do avanço da superexploração do trabalho, da exigência de pagamento integral do PLR Social e de vacinação contra o Covid-19, os trabalhadores decidiram por uma paralisação de 24 horas. No entanto, a assembleia que decidiu a greve por tempo determinado foi virtual, sob a bandeira do “fique em casa”, não faça trabalho home office”. Portanto, se resumiu a uma decisão individual de não comparecer ao trabalho.

Essa política da direção do sindicato, CUT-PT, de protesto passivo, corporativo e individual não reúne as forças necessárias para enfrentar a ofensiva do governo, de vender por partes um banco público, que tem uma história de 160 anos. A luta contra a privatização dos bancos públicos, Correios, Petrobrás e Eletrobras é uma só. Para isso, é preciso convocar assembleias presenciais, que aproveiem a campanha massiva, de rua, com paralisações, contra a entrega do patrimônio nacional aos capitalistas estrangeiros e nacionais.

Pandemia

Bancos lucram R\$ 79,3 bilhões, demitem 13 mil trabalhadores e fecham 1.364 agências



Os cinco maiores bancos no Brasil lucraram como nunca, durante um ano de pandemia. Destruíram 13 mil postos de trabalho, e fecharam 1.400 agências, segundo os dados do Dieese. Há algum tempo, os bancos vêm impondo a “reestruturação”, com a ampliação das transações financeiras por meios digitais. Com a pandemia, o “ajuste” ganhou enormes proporções, com o deslocamento de milhares de bancários para o home office. Esse mecanismo foi decisivo para o corte de trabalhadores e fechamento de agências. Em 2019, o setor contava com 404.585; em 2020, 391.711. Em 2020, o Bradesco cortou 7.754 pos-

tos de trabalho; Santander, 3.220; Caixa Econômica Federal, 2.611; Banco do Brasil, 1517. Certamente, com o plano de Banco do Brasil e da Caixa Econômica de privatização, as demissões serão grandes. O Bradesco comparece também como o que mais fechou agências. Do total de agências fechadas, 1.364, o Bradesco encerrou 1.083; Santander, 175; Itaú, 117. Se se levarem em conta os últimos oito anos (2012-2020), os cinco maiores bancos eliminaram 63.077 postos de trabalho. Eis os bancos que mais demitiram: Banco do Brasil, 22.489; a Caixa, 10.981; Bradesco, 13.810; Santander, 9.393.

Desgraçadamente, os banqueiros aproveitaram a pandemia para aumentar seus lucros, e reduzir os custos, sem que houvesse uma reação organizada dos trabalhadores dos bancos. As direções sindicais permaneceram passivas e submetidas à política burguesa do isolamento social, que tem como uma de suas orientações o trabalho home-office. É preciso dar um basta a essa conduta da burocracia sindical, exigindo a convocação de assembleias presenciais, para aprovar o caminho da luta nas ruas em defesa dos empregos.

As raízes históricas da política colaboracionista das burocracias sindicais

Análise das greves entre 1983 e o primeiro semestre de 2020 no Brasil

Após mais de um ano de pandemia, salta aos olhos o profundo imobilismo das direções sindicais e das esquerdas. A burguesia e os governos têm atacado vigorosamente os trabalhadores, retirando direitos e aprofundando a miséria das massas. Motivos para lutar, então, não faltam. Apesar disso, o que se viu, e ainda se vê, é a ausência de resposta política e organizativa por parte das direções. Os sindicatos se encontram de portas fechadas, e as burocracias, abrigadas no inócuo mundo da virtualidade, ao mesmo tempo em que recorrem aos velhos expedientes da pressão parlamentar, dos recursos à Justiça burguesa e ao eleitoralismo.

Agora, às vésperas do 1º de Maio, esse imobilismo está se manifestando na forma da rejeição à organização das manifestações presenciais, que seriam imprescindíveis para demarcar uma política de independência de classe, nessa importante data de luta dos trabalhadores internacionalmente. Na prática, essa paralisia é resultado do seguidismo à política burguesa do isolamento social. Mas, é também decorrente de uma longa trajetória de capitulação à burguesia, de burocratização e estatização dos sindicatos, das centrais e dos movimentos. Em outras palavras, há uma combinação de fatores conjunturais e históricos que explicam a política de conciliação de classes, e o seu consequente imobilismo durante a pandemia.

(...) essa paralisia é resultado do seguidismo à política burguesa do isolamento social. Mas, é também decorrente de uma longa trajetória de capitulação à burguesia, de burocratização e estatização dos sindicatos, das centrais e dos movimentos.

Os sindicatos no Brasil têm uma trajetória que remonta ao começo do século XX, aproximadamente, ganhando impulso com o salto tardio na industrialização, a partir da década de 1930. Nesse caminho, houve poucos períodos de relativa liberdade de ação, tendo prevalecido, porém, uma acirrada perseguição do patronato e do Estado. A curva ascendente dos combates, que teve início em meados dos anos 1950, passou por importantes mobilizações, como a Greve dos Trezentos Mil (em 1953), a Greve dos Quatrocentos Mil (em 1957), e a dos Setecentos Mil (em 1963), tendo sofrido um baque com a repressão desencadeada pelo golpe militar de 1964. O violento desmonte das importantes greves ocorridas em Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968, marcaram o recrudescimento da ditadura, junto com a chamada Queda de Ibiúna, quando os militares desbarataram o Congresso da UNE.

Demorou, cerca de dez anos, até que o movimento sindical ressurgisse com força. As greves de 1978 e 1979 foram marcos de luta contra a ditadura, de defesa das reivindicações dos trabalhadores, diante da sensível piora das condições de vida, também de combate aos pelegos, interventores sindicais indicados pelos militares. Nesse sentido, marcaram o surgimento de uma nova

geração de ativistas, que seria responsável, pouco tempo depois, pela fundação da CUT, do MST e do PT. Os anos de 1980 foram de grave crise econômica. O rápido crescimento do começo da década anterior, chamado de “milagre econômico”, converteu-se em pesadelo para milhões de explorados da cidade e do campo, principalmente após as quebras do petróleo (1973 e 1979). O desemprego nas alturas e a hiperinflação conduziram um enorme contingente de brasileiros à fome e à miséria absoluta.

A resposta dos oprimidos veio na forma de uma forte explosão grevista. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) faz o acompanhamento estatístico dos movimentos no país, e possui uma série histórica que demonstra claramente esse ascenso grevista. Em 1983, somando as paralisações na esfera pública e privada, há 250 registros; em 1986, já são 1.014; em 1987 e 1988, há uma queda (996 e 887, respectivamente), para atingir o pico em 1989, com 1.962 greves. Essa marca só foi superada, em números absolutos, nos anos 2013, 14, 15 e 16 (2.057; 2.085; 1.964 e 2.114 greves, respectivamente), embora seja preciso levar em conta os dados referentes à população e à economia, entre outras ponderações. Como se vê no gráfico a seguir, o movimento sindical que emergiu na fase final da ditadura militar, passando pelo governo de ditadura civil de José Sarney, chegou até o governo Collor em franco crescimento.



Foi nesse período, contraditoriamente, que a nova geração de lideranças sindicais, camponesas e populares, concentrada na CUT, no MST e no PT, sob a direção da política nacional-reformista (secundada pelo nacionalismo-burguês e pelo estalinismo), se foi integrando ao Estado burguês, e se adaptando ao jogo institucional ditado pelas oligarquias, pelos capitalistas e pelo imperialismo. A estratégia de chegar ao poder pela via pacífica-eleitoral, para derrotar os latifundiários e demais setores conservadores, e democratizar o Estado, utilizando o mesmo para distribuir renda e superar as desigualdades, foi sendo testada, a partir das experiências do petismo no Parlamento, nas prefeituras e governos estaduais.

Foi-se consolidando uma burocracia sindical, particularmente na região do ABC, onde os acordos traidores com as multinacionais se converteram em regra, linha que foi replicada em todo o país. A radicalidade que brotou instintivamente das bases, tama-

na era a opressão e a exploração no começo dos anos 1980, foi sendo aplacada pela burocratização cada vez maior dos sindicatos, e pela subordinação das mobilizações à política de conciliação de classes.

Na primeira metade dos anos 1990, há uma breve recuperação da onda grevista, mas não com o mesmo ímpeto, e já com características diferentes. As paralisações defensivas, que são aquelas em que o eixo estava na luta contra o descumprimento de direitos e na manutenção de condições vigentes, ganharam proeminência. O que revela um sindicalismo mais reativo, e sem iniciativa. Em 1989, foram 1.531 greves propositivas, contra 749 defensivas; por volta de 1996, o quadro se inverte, de modo que as defensivas somam 802, enquanto as propositivas, 514.

Em todo o período coberto pela pesquisa do DIEESE, percebe-se uma preponderância das lutas por reajuste salarial, aparecendo, na maior parte do tempo, como principal causa das greves. O destaque evidente, nesse sentido, corresponde ao período da hiperinflação – em 1989, houve 1.603 greves por reajuste / piso salarial. A segunda motivação, em quase todos os períodos, é o atraso nos salários, chegando a ocupar o primeiro plano em 1996 (538 greves), voltando a ocupar esse posto a partir de 2015 (foram 878 no ano de 2016). Evidentemente, em muitos casos, o conjunto de reivindicações de uma greve acaba conjugando vários desses elementos.

A prática de formular listas extensas de bandeiras, inclusive, tornou-se lugar-comum. O objetivo era extrair pequenas conquistas, no espírito do colaboracionismo entre capital e trabalho, que eram apresentadas como aquilo que era “possível” obter no processo negocial. Trata-se de um indicativo do processo de burocratização e de fortalecimento do chamado “sindicalismo propositivo”, que vai desfigurando o sentido original dos sindicatos como ferramenta de luta dos trabalhadores, assumindo funções assistencialistas, e trilhando um caminho cada vez mais descarado de conciliação de classes.

Nada chama mais a atenção nessas estatísticas, contudo, do que a significativa diminuição da quantidade de greves entre 2003 e 2013, aproximadamente, que corresponde em grande medida aos dois governos de Lula e o primeiro de Dilma. Trata-se de uma realidade com muitos traços contraditórios. Os petistas e seus aliados certamente indicariam tal comportamento da curva estatística como algo positivo. Ou seja, como uma espécie de comprovação do caráter “popular” e “democrático” de seu governo (na verdade, um governo burguês, servil ao imperialismo) e, em especial, do caudilho Lula.

Esse é um tema que parecia esgotado, afinal, já são mais do que conhecidos os dados ligados à expansão do mercado mundial, puxada principalmente pela China e pela alta no preço das commodities, dados que são os verdadeiros responsáveis pela relativa estabilidade, e pelas taxas positivas de crescimento desses anos. Agora, porém, passados o golpe de Estado de 2016 e a prisão do ex-presidente, este surge no cenário novamente com possibilidades de vitória, nas eleições de 2022, o que tem servido de pretexto para um reforço das ilusões democráticas nas massas, insufladas pelas direções associadas ao petismo.

Por outro lado, se é certo que há um componente objetivo – isto é, econômico – para a sensível diminuição na quantidade

das greves no decênio 2003-13, é igualmente correto apontar os aspectos subjetivos, ligados particularmente à política das direções sindicais. Durante esse período, os sindicatos, centrais e movimentos ligados ao petismo, que eram e ainda são a grande maioria no país, não só diminuíram conscientemente a atividade grevista, como tiveram os seus dirigentes assimilados à máquina estatal, ocupando cargos do baixo até o alto escalão. Como poderiam fazer greve contra o “seu” governo? Estabeleceu-se um evidente conflito de interesses, de modo que as necessidades dos explorados, que não deixaram de ser explorados porque o governo era supostamente “democrático” e “popular”, acabaram sendo sufocadas pelo bloqueio das direções.

A prática de formular listas extensas de bandeiras, inclusive, tornou-se lugar-comum. O objetivo era extrair pequenas conquistas, no espírito do colaboracionismo entre capital e trabalho, que eram apresentadas como aquilo que era “possível” obter no processo negocial.

Coube à crise de 2008-2009, que teve como epicentro os EUA, abalar a governabilidade da gestão petista, com seus efeitos recaindo principalmente sobre a sucessora de Lula, Dilma Rousseff. Sem os recursos provenientes da exportação de commodities, abalada pela quebra econômica em escala global, a política de colaboração de classes começou a ser minada. Os indicadores negativos assinalaram ao capital financeiro a necessidade de ajustes, no sentido de preservar os seus interesses, especialmente os relacionados à dívida pública. Está aí o fator central para o processo que desemboca no impeachment de Dilma. Mesmo que o PT tenha realizado algumas contrarreformas, como as MPs 664 e 665, encabeçadas pelo ministro Joaquim Levy, Ministro da Fazenda nomeado por Dilma, um homem reconhecidamente ligado aos grandes bancos, não era capaz de realizar as contrarreformas no ritmo e na profundidade exigidos pela burguesia e pelo imperialismo. Logo, precisava ser substituído.

Do ponto de vista da luta de classes, as estatísticas do DIEESE demonstram uma rápida retomada das greves, entre 2011 e 2013. Em 2011, ocorrem as importantes mobilizações nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que assumiram a forma de greves-levante, como se verificou nos casos de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, em que os operários se revoltaram espontaneamente, ateando fogo nos barracões e fazendo atos radicalizados, a despeito da orientação colaboracionista das direções sindicais burocratizadas.

Já em 2013, vieram as multitudinárias manifestações, que explodiram a partir da luta contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, capitaneadas pelo inexpressivo Movimento Passe Livre (MPL). O desemprego e, conseqüentemente, a miséria vinham crescendo vertiginosamente, e as direções sindicais ligadas ao reformismo petista nada fizeram. Uma atitude criminoso, que acabou gerando um enorme descontentamento. A classe média urbana, em particular, passou a servir de esteio para o crescimento das tendências direitistas e fascizantes. Simultaneamente, setores da juventude oprimida e do funcionalismo continuaram se chocando com o governo, devido às medidas antipopulares que vinha assumindo, para atender aos anseios da burguesia. Foram os casos das ocupações de escola, em 2015 e 2016, também das inúmeras greves contra as tentativas de ataque à Previdência dos

trabalhadores. Segundo o DIEESE, em 2010, houve 122 paralisações de servidores municipais, 86 de estaduais e 23 de federais; em 2014, os dados saltam para 602 dos municipais, 243 dos estaduais e 67 dos federais.

Não é por acaso que a quantidade de greves em geral volta a diminuir após 2016 – das 2.114 greves deste ano, a soma cai para 1.568, em 2017. A razão não está numa suposta melhora das condições objetivas de vida das massas, e sim no intenso baque sofrido pelo petismo com o impeachment. A burocracia sindical, após anos de conciliação e de estatização, se mostrou corrompida até a medula dos ossos, incapaz de liderar a resistência coletiva ao governo de ditadura civil de Temer e, depois, de Bolsonaro. Com a eclosão da pandemia de Covid-19, os dados caem sensivelmente – em 2019, houve 1.118 greves, baixando para 355 no primeiro semestre de 2020.

A atitude das direções em três situações comprova de forma cabal a sua decomposição política e moral:

- 1) diante do processo, claramente fraudulento, do impeachment de Dilma, se negou a erguer as greves políticas contra o golpe, que deveriam partir das reivindicações mais sentidas dos explorados, mesmo se tratando do governo que considerava como “seu”, limitando-se a chamar os trabalhadores e a juventude a “pressionar” os deputados e senadores, para votarem “não” à abertura do processo de impeachment;
- 2) a segunda situação foi quando se deu a aprovação da contrarreforma trabalhista. A reação da burocracia sindical foi praticamente a mesma da assumida diante do impeachment, tendo afogado a tendência de luta que se verificou com a greve geral de 28 abril de 2017, levando as massas a confiarem novamente no parlamento corrupto (o mesmo que votou a favor da queda da presidente petista). No dia da votação da contrarreforma, nem uma centena de manifestantes se encontrava em frente ao Congresso, revelando

o fracasso da política adotada pelas burocracias;

- 3) a aprovação da contrarreforma previdenciária também foi acompanhada de uma traição histórica das direções sindicais. Nesse caso, também foi precedida de uma poderosa greve geral, em 14 de junho de 2019, demonstrando que havia disposição de luta por parte dos explorados, em que pese o governo ultradireitista de Bolsonaro ter acabado de assumir a presidência, pela via das urnas. Ao invés de impulsionar essa tendência, as direções preferiram adotar uma linha combinada de pressão parlamentar e de desgaste eleitoral do presidente, visando a preparar o terreno para a disputa eleitoral em 2022.

Certamente, outras situações poderiam ser elencadas, para demonstrar o quão decompostas são essas direções, como foi a sua conduta diante do fechamento da Ford, só para citar um último exemplo. Negou-se a erguer a resistência operária em defesa dos empregos, que é a mais elementar e mais importante das reivindicações, pois, é por meio da venda de sua força de trabalho que o operário obtém a sua subsistência e de sua família. O abandono dessa consigna, bem como do método próprio do proletariado, que é a ação direta, indicam a necessidade imperiosa de derrotar politicamente e substituir essas direções corrompidas, construindo uma fração classista e revolucionária nos sindicatos.

A atitude profundamente imobilista adotada durante a pandemia, portanto, não é uma excepcionalidade, nem o resultado de um equívoco conjuntural, mas a consequência de toda uma trajetória de subordinação à política burguesa. Trata-se de um reflexo da crise de direção revolucionária. É o que demonstram os dados do DIEESE, e é o que o Partido Operário Revolucionário tem dito aos trabalhadores. É tarefa da vanguarda com consciência de classe trabalhar para superar a crise de direção, partindo das necessidades mais elementares dos oprimidos e fazendo a ponte com as bandeiras históricas de defesa da revolução e ditadura proletárias.

USP

Direção do CEFISMA não presta contas e mantém apoio ao EAD

A situação em que se encontra o CEFISMA e sua direção, ao longo da crise econômica e sanitária, expressa bem os desdobramentos da crise de direção dos oprimidos sobre o movimento estudantil.

A direção do CEFISMA, que segue orientação política da UJC (PCB), foi eleita ao fim de 2019, com um programa que defendia que “os modelos tradicionais de democracia estudantil, como assembleias e fóruns deliberativos, demonstraram estarem desgastados”. Assim, mesmo antes de as aulas serem suspensas, em meados de março de 2020, não convocou qualquer assembleia pautada em garantir que os estudantes discutissem e deliberassem coletivamente sobre o uso dos recursos de sua entidade. Quando as aulas na USP foram suspensas, a direção acatou então à política burguesa de isolamento social, e suspendeu definitivamente as assembleias e qualquer forma de organização presencial. Com o movimento paralisado, a direção manteve repasses que somaram cerca de R\$ 16 mil à associação atlética, ainda que todas as atividades dessa entidade estivessem suspensas. Dentre outros gastos questionáveis, também chama a atenção um lançamento realizado no mês de

outubro, relacionado à restituição do valor de um notebook, de R\$ 3.500,00 (sendo metade diluída no repasse para a atlética), que supostamente foi furtado de um DJ contratado para uma festa, em fevereiro de 2020.

Quanto ao EAD, embora o CEFISMA tenha de início publicado uma nota, demonstrando receio em relação ao método, se submeteu totalmente às imposições da burocracia universitária, sustentando, no campo prático, a aplicação do método. No ano passado, a direção chegou a elaborar dois formulários, que visavam a recolher informações dos estudantes para avaliar a viabilidade de aplicar o EAD no IFUSP; convocou uma reunião online com os estudantes, para discutir pautas que seriam levadas à comissão de graduação do instituto, para garantir a aplicação do método; e organizou uma campanha de arrecadação de notebooks para estudantes sem condições de estudar via EAD, amenizando a responsabilidade da instituição de garantir que os estudantes tenham plenas condições de seguir nos estudos.

Ao final do ano de 2020, o CEFISMA chegou a convocar uma assembleia virtual, objetivada essencialmente a deliberar pela continuidade do mandato da direção e adiamento das

eleições até o retorno das aulas presenciais. Agora, em 2021, a direção do CEFISMA segue sem prestar contas. Além disso, ao invés de fazer um balanço crítico sobre os impactos da aplicação do EAD no IFUSP – lembrando que, em nível nacional, a aplicação do método resultou em uma taxa de evasão superior a 8%, correspondendo a 4 milhões de estudantes dos ensinos básico e superior – a direção anunciou que estará realizando um “Mapeamento de acesso remoto estudantil”. Mais uma vez, consiste em uma medida que visa a sustentar o EAD, buscando encontrar alunos que necessitem de doações de aparelhos para seguir com as aulas online, acobertando qualquer responsabilidade do instituto nessa questão.

Como se vê, a direção do CEFISMA segue com a mesma linha política que vinha sendo desenvolvida em 2020. Apropriou-se dos recursos do centro acadêmico, os utilizando de forma desvinculada dos interesses dos estudantes, e recorreu ao assistencialismo, acobertando a omissão da diretoria do

IFUSP em não garantir condições de estudo para os estudantes. Assim, a UJC, enquanto direção do CEFISMA, é responsável pela precarização das condições de ensino no IFUSP, e por todos os estudantes afetados enquanto parte do processo geral de decomposição da educação no país.

Mantém-se vigente a necessidade de superar essa direção, com a consolidação de uma direção verdadeiramente revolucionária. É preciso manter a defesa de que o uso dos recursos do movimento – objetivado em garantir a luta dos estudantes por suas reivindicações – e a prestação de contas sejam submetidos à discussão coletiva em assembleia. É preciso fazer oposição de princípio ao EAD, expressão máxima do atual processo de decomposição da educação. É preciso reestabelecer os métodos de organização e luta presenciais, próprios do movimento estudantil. Esse é o único meio de lutar contra o desmantelamento da educação pública e garantir a independência de classe.

Rio Grande do Norte

LANÇADO O LIVRO DO POR SOBRE A PANDEMIA EM MOSSORÓ

A atividade ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) da região. Contou com a participação da vanguarda, iniciando com a discussão sobre os 150 anos da Comuna de Paris, e depois um debate sobre o livro “Pandemia: avançam a miséria e a fome”.

Na discussão sobre a Comuna de Paris, foi realizada a leitura do texto norteador da campanha do POR. Destacou-se, no debate coletivo, que a Comuna de Paris foi a primeira revolução proletária a tomar o poder político na história. A Comuna demonstrou que só é possível tomar o poder através da revolução social e a instalação de sua ditadura do proletariado. Uma necessidade para impor a vontade da maioria oprimida sobre a contrarrevolução liderada pela minoria burguesa, no caso, centralizada em Versalhes.

Outro ponto importante foi o armamento geral das massas. Observou-se que o primeiro obstáculo para uma revolução ser vitoriosa é resolver o problema do armamento geral das massas. Não há revolução social se as forças armadas burguesas não forem, ao menos, cindidas.

Várias outras questões foram abordadas. As características primor-

diais da Comuna de Paris, como os mandatos revogáveis, a separação da igreja do Estado, etc. Como também a ausência do partido revolucionário. Apesar da existência da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), I Internacional Comunista, a Comuna de Paris foi liderada pelos

Destacou que a militância do POR não parou suas atividades diante da pandemia. Ao contrário de outras correntes e dos sindicatos, que se refugiaram no mundo virtual.

grupos blanquistas e proudhonianos, também pertencentes à AIT. Dessa forma, expressaram erros oriundos da sua condição de classe pequeno-burguesa. Erros esses analisados por Marx, na obra “A guerra civil na França”.

A discussão sobre o livro foi antecedida pela apresentação por um militante do POR. Destacou a crítica do POR, desde o início da pandemia, da política burguesa de isolamento social, demonstrando a impossibilidade da burguesia de realizá-la, diante de sua necessidade de manter a explora-

ção do trabalho para extrair lucro. A burguesia não podia parar a economia e proteger a população, garantindo sua manutenção e proteção hospitalar. Destacou que a militância do POR não parou suas atividades diante da pandemia. Ao contrário de outras correntes e dos sindicatos, que se refugiaram no mundo virtual.

A discussão foi longa e prazerosa. Houve muitas intervenções e vários temas foram abordados: a questão dos monopólios da vacina, a postura do governo Bolsonaro e dos governadores como Doria, etc. Concluiu-se essa discussão, enfatizando a necessidade da construção do Partido Operário Revolucionário, como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A atividade foi encerrada com informes sobre a organização do 1º de maio do POR nos diversos estados do País, o que incentivou a realização do 1º de Maio pelos simpatizantes do POR em Mossoró, e planejamento das atividades futuras em Mossoró, Natal e participação futura na Escola de Quadros. O Encerrou-se com um Viva à Comuna de Paris, e um Viva à construção do Partido Operário Revolucionário.

Nesta edição:

- **Bolívia:** É possível superar a crise interna do MAS, com garrote, medidas burocráticas e administrativas? (pag 28) / Vacinas e patentes (pag 29)
- **Argentina:** Publicado o 3º Volume das Obras Escolhidas de Guillermo Lora.
- **Cuba:** O Partido Comunista Cubano adapta-se ao curso da restauração capitalista
- **Trotsky:** Sobre o “socialismo em um só país”.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia

É possível superar a crise interna do MAS, com garrote, medidas burocráticas e administrativas?

Depois de concluída a reunião de avaliação do desastre eleitoral do MAS, nas eleições municipais e o segundo turno para governadores em cinco departamentos, a cúpula vinculada a Evo Morales forçou uma concentração nacional massiva em Cochabamba que, para ser nacional, foi pequena, em comparação com as concentrações realizadas durante a campanha das eleições gerais. O objetivo era demonstrar aos opositores internos que o partido azul não perdeu força, e que está disposto a usar a mão de ferro para disciplinar a militância que ousa criticar Evo Morales e seus aliados. Este imediatamente ocupou o cenário, para anunciar que se prepara uma modificação dos estatutos, que impediria no futuro a qualquer militante abandonar a organização, e postular-se como candidato em outros grupos políticos, como foi feito por Eva Copa, Damián Condori, e outros governadores e prefeitos.

Por outro lado, o ataque se direciona veladamente contra o vice-presidente e, de modo mais direto, contra ministros, vice-ministros e parlamentares que, desde o começo, se alinharam na tendência “renovadora”, postura que adotaram estes em repúdio à camarilha do Evo Morales. Os que se rebelaram mais abertamente são aqueles que conformam a grande massa que ficou à margem dos poderes central, regional e local. Por isso, a rebelião no El Alto de La Paz é muito mais aberta e desafiadora. Além disso, está impregnada de elementos de identidade nacional aymara, que se expressa como rejeição aos políticos K’aras (brancos), que são considerados os responsáveis pela degeneração e fracasso do MAS no poder.

Finalmente, temos afirmado que o pano de fundo das contradições internas do MAS é a crise econômica e suas consequências, que provocam um profundo mal-estar nacional, devido à incapacidade do governo de resolver os problemas da maioria, que atravessa um momento de

dramática miséria. Eis por que não é um fenômeno que a camarilha consiga resolver com repressão e expulsões. Na medida em que as massas – empurradas pela fome e vencendo o medo à pandemia – saiam às ruas, estimularão poderosamente as tendências centrífugas em choque no seio do partido do governo.

No momento, nas regiões em que conservam o controle total como no Trópico cochabambino, podem silenciar seus opositores internos, utilizando-se o terror. Soube-se, por exemplo, da brutal perseguição contra um dos ex-dirigentes do MAS, que se rebelou nas eleições municipais, candidatando-se por outro partido; tiraram-lhe a pequena área de plantio de coca, ameaçaram queimar sua casa, e o pressionaram para que abandonasse a região. Mas, é absolutamente difícil utilizar as mesmas medidas no El Alto de La Paz, onde dissidentes do MAS são a maioria, e têm o controle do local.

O esgotamento político do MAS é um fenômeno inevitável e sem retorno. É parte do esgotamento do reformismo, do estalinismo e do conjunto de movimentos reformistas de conteúdo burguês. Todos eles postularam e postulam a possibilidade de que, no marco do capitalismo, possa ainda colocar-se a perspectiva de um posterior desenvolvimento das forças produtivas e, nessa medida, desenvolver o país. O MAS não é outra coisa que uma impostura caricatural do velho MNR que, no seu momento, foi muito mais radical na sua postura anti-imperialista e anticolonialista.

A atual crise interna do MAS é uma manifestação do seu esgotamento político, acelerado pelas consequências das crises econômica e sanitária, que evidenciam a incapacidade do seu governo, de responder aos problemas nacionais e às necessidades de setores explorados e oprimidos do país.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2648,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia**Vacinas e patentes****Os operários do mundo devem encabeçar a luta para expropriar as farmacêuticas, que privatizaram o conhecimento científico**

Como tudo no capitalismo, também o conhecimento científico foi apropriado pelo interesse privado. O fenômeno da mercantilização do conhecimento humano em proveito das grandes multinacionais é uma de suas principais características. No final do século XX, *“a invenção se transformou num ramo da atividade comercial e as diversas ciências se tornaram prisioneiras do capital ... Uma nova e aguda contradição se desenvolveu, portanto, entre, de um lado, o crescimento acumulativo da ciência, a necessidade social de apropriar-se dela e disseminá-la ao máximo, a crescente necessidade individual de conhecer e servir-se da ciência e da tecnologia contemporânea e, por outro lado, a tendência inerente ao capitalismo avançado de fazer da ciência uma prisioneira de suas transações e cálculos de lucratividade”* (Ernest Mandel).

O acesso a uma informação mais precisa e avançada sobre os resultados das investigações científicas é completamente negado pela vontade dos capitais tecnológicos. Definitivamente, o desenvolvimento de todas as ciências modernas, nessa sociedade “globalizada”, se encontra fundamentalmente a serviço dos interesses dos grandes capitalistas, em contraposição às necessidades da humanidade. Detêm a exclusividade das descobertas mais importantes, bem como o monopólio da comercialização. Uma das formas mais importantes que adotou este processo de privatização do conhecimento é certamente a “patente”. Em uma primeira etapa do capitalismo, a concessão de patentes afetou principalmente as novas máquinas e novas mercadorias físicas, mas, no começo do século XX, a adoção de patentes se outorga principalmente aos produtos imateriais (novos conhecimentos científicos), descobertos nos laboratórios das empresas capitalistas.

Pfizer-BioNTech, Moderna. Oxford-AstraZeneca / Sinopharm, Johnson & Johnson e Gamaleya (Sputnik V) são as principais farmacêuticas proprietárias das patentes de suas vacinas, o que lhes permitiu monopolizar o mercado mundial das vacinas contra a Covid-19, e

impor seus interesses e ganhos sobre a saúde da humanidade. *“A insistência dos laboratórios em ditar o curso da luta contra a pandemia na maioria dos países é a expressão genuína da decomposição do capitalismo monopolista. Ao submeter a saúde e a vida de milhões de pessoas a um punhado – pouco mais de uma dúzia, que sobrepõem a concorrência do mercado e o benefício acima de tudo – se evidencia o caráter parasitário da burguesia mundial e o completo esgotamento das relações capitalistas de produção”*. (POR Brasil).

A resposta operária ao império e ditadura das grandes multinacionais, que manejam a economia mundial, e até mesmo a existência de todos os habitantes do planeta, é a de direcionar a luta de todos os povos a um grande movimento mundial, para sepultar a grande propriedade privada capitalista e impor a propriedade social e coletiva sobre os grandes meios de produção: o socialismo e o comunismo mundial. Única organização econômica e social que priorizará a proteção da humanidade e da natureza, enfrentando de maneira racional os futuros acontecimentos trágicos que afetarão o planeta.

Na Bolívia, na mesma linha revolucionária, lutamos pela estatização do sistema privado de saúde e comercialização de medicamentos. E denunciamos a campanha demagógica e oportunista do MAS, que pede a “suspensão das patentes” das vacinas, enquanto sua política econômica nos 14 anos do governo Evo Morales e, agora, do governo de Arce Catacora, se orienta a abrir as portas da economia boliviana aos investimentos estrangeiros, fortalecendo a já preponderante presença das multinacionais nos setores mais importantes da economia boliviana. Somente uma direção revolucionária, enraizada na classe operária consciente de sua missão histórica, conduzirá os explorados do mundo a sepultar o capitalismo caduco.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2648, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina
Publicado o
3º Volume
das Obras
Escolhidas de
Guilherme Lora

O lançamento deste terceiro volume das Obras Escolhidas de Guilherme Lora, pouco menos de dois anos após o lançamento da coleção, representa, claramente, uma conquista política para o Partido Operário Revolucionário, a seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Esta é a primeira coisa que devemos apontar neste prólogo. O estado embrionário da nossa organização não tem impedido o cumprimento do objetivo a que nos propuemos, e estamos alcançando.

Em seguida ao livro “A Revolução Boliviana”, primeiro volume, publicado em abril de 2019, lançamos o segundo volume, em novembro de 2020. Entre a publicação desses dois volumes, publicamos o livro “Os quatro primeiros Congressos da III Internacional”. Três meses depois de sair o segundo volume, lançamos o terceiro volume. Cumprimos, assim, o enorme desafio do plano de divulgação partidária. (...)

(...) Os 6 textos que compõem este volume diferem dos já publicados anteriormente, por não terem sido tão divulgados como aqueles. Abarcam “A história das Quatro Internacionais”, “A Contrarrevolucionária Perestroika”, e outros 4 textos que geralmente podem ser encontrados compilados sob o nome de “O Partido e sua Organização”: falamos sobre “Questões organizacionais”, “Como funciona a célula”, “Manual do Organizador” e “Desvios foquistas em questões organizacionais”.

(...) O trabalho que temos feito na reedição dos textos de Guilherme Lora é a nossa melhor forma de reivindicá-lo. (...)

Masas nº 389, março de 2021
 órgão do Partido Operário Revolucionário
 da Argentina

O POR se esforça por compreender e explicar o curso da restauração capitalista em Cuba nos últimos anos. Começamos avaliando a nova Constituição, aprovada em fevereiro de 2019. Continuamos analisando a reforma monetária, aprovada em janeiro de 2020. Agora, finalizamos esse estudo parcial, expondo o que foi o VIII Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC).

O Partido Comunista Cubano adapta-se ao curso da restauração capitalista

O VIII Congresso do PCC foi inaugurado no dia 16 de abril, quando se comemoram 60 anos da proclamação da Revolução Cubana. E se encerrou no dia 19, quando se celebra a derrota da invasão financiada pelos EUA, na Praia Girón. A escolha das datas procurou apresentar um elo de continuidade entre o passado revolucionário - cujo fundamento reside na propriedade social, na planificação econômica e no monopólio do comércio exterior - e o presente restauracionista, marcado pelo avanço das relações de produção e propriedade privadas na economia estatizada. Não por acaso, o Congresso teve por bandeira “Unidade e Continuidade”.

Questão de “Segurança nacional”

A Resolução sobre o “Estado da Implementação dos Alinhamentos da Política Econômica e Social do Partido e a Revolução” para 2021-2026 destacou como prioridades: 1) fortalecer a capacidade de gestão dos “atores econômicos”, especialmente da “empresa estatal socialista”; 2) resolver o problema da “produção e comercialização”, substituindo importações, e impulsionando a inversão estrangeira; 3) melhorar o uso dos “instrumentos financeiros” requeridos para a condução da economia, e garantir os equilíbrios “macroeconômicos”; 4) priorizar o emprego da técnica, ciência e tecnologia, para elevar a produtividade do trabalho; 5) elevar o consumo da população.

Por trás da retórica, acoberta-se a impotência do Estado burocratizado em desenvolver as forças produtivas da Ilha, há muito sufocadas pelo cerco do imperialismo norte-americano e pelo atraso da revolução latinoamericana, em virtude da crise mundial de direção e de duras derrotas, seguidas de golpes militares nos anos 1960 e 1970.

Essas diretrizes, segundo se explicou, são a única via para abrir um “novo período” de ratificação “do rumo histórico ao socialismo”, preservando a “propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção”. Destacou-se ainda a importância de “diversificar” as formas de propriedade dos meios da produção e do comércio. E que caberia ao governo regular o funcionamento “adequado” dessa relação no mercado, abortando as “más práticas” comerciais e a especulação, através do controle de preços. A utilização racional da ciência e tecnologia devia complementar-se com os “incentivos ao trabalho”, a fim de aumentar a “eficácia e produtividade”.

O primeiro-ministro Manuel Marrero afirmou, na reunião partidária, que o desabastecimento e a desvalorização do peso cubano (produto da reforma monetária de 2021) rebaixaram as condições de vida das massas cubanas. Agregou ainda que, sem receitas ou ingressos pelo turismo, combinado ao envelhecimento das condições técnicas da produção industrial e agrícola, Cuba

estava obrigada a dar um passo decidido pelo “caminho das reformas”, em defesa da “segurança nacional”, se quisesse garantir as condições alimentares superiores à atual, que beiram a da simples subsistência.

Nesse sentido, o VIII Congresso devia reafirmar o compromisso de promover as “Formas de Gestão Não Estatal” (FGNE), particularmente na esfera da produção e da comercialização dos produtos e bens agropecuários. Destacou que foi seguindo essa premissa que se aprovaram 63 medidas nos últimos anos, para “reativar” a produção agropecuária, estancada em baixos níveis de produtividade. De forma que se devia aprovar o rumo traçado pela alta cúpula, de autorizar os camponeses a comercializar carne e leite livremente no mercado, após serem cumpridos seus compromissos com o Estado (entrega de cotas para centros de abastecimentos).

Por trás da retórica, acoberta-se a impotência do Estado burocratizado em desenvolver as forças produtivas da Ilha, há muito sufocadas pelo cerco do imperialismo norte-americano e pelo atraso da revolução latinoamericana, em virtude da crise mundial de direção e de duras derrotas, seguidas de golpes militares nos anos 1960 e 1970. O que evidencia as distorções e os erros de orientação calcados na tese estalinista da possibilidade de construir o “socialismo em um só país”. Recorrer às relações de produ-

ção e comércio capitalistas não ajudará a “atualizar” o “socialismo à cubana”; mas, a criar as forças econômicas que tenderão a desmontar a propriedade social em favor da burguesia e do imperialismo.

Mudança no aparato partidário

O Congresso formalizou a renúncia ao bureau político de três líderes históricos, que participaram da revolução, e ainda ocupavam altos cargos partidários. A “velha guarda” (Raúl Castro, José Ramón Machado Ventura e Ramiro Valdés) demitiu-se de seus cargos e declarou-se inelegível. Cumpriram-se, assim, as novas regras constitucionais, que fixam a idade limite de 70 para exercer cargos de direção. Miguel Díaz Canel (presidente do país) assumiu como primeiro Secretário. O primeiro-ministro, Manuel Marrero, e Luis Alberto López Rodríguez Callejas, dirigente da GAESA – corporação empresarial do exército, que controla importantes ramos da economia -, ascenderam aos mais altos cargos de direção.

O simbolismo da “mudança geracional” não obscurece que permanece no poder a burocracia castrista, mas bastante degenerada. Não obscurece também que se operou uma mudança no aparelho do PCC.

Os “quadros históricos” dirigiram uma revolução democrática que, pelas condições mundiais, suas tendências internas e a pre-

sença das massas em luta contra a burguesia, transformaram-na em social. Sofrendo o bloqueio e intervencionismo imperialista, e incapacitados de defender a revolução que protagonizaram com os métodos e programa do internacionalismo proletário, acabariam submetidos à burocracia russa, que “ajudou” a manter o aparato castrista, mas ao preço de seguir os dogmas estalinistas de manter a revolução no âmbito das fronteiras nacionais.

Os “novos quadros” foram educados no manejo do aparelho do partido e do Estado. Fizeram suas carreiras, sem maiores convulsões que as de responder aos problemas econômicos e políticos com medidas administrativas. Sua principal função social foi e é a de preservar a base econômica sobre a qual paira a burocracia. Parte dela, é verdade, têm experiência sindical ou militar. Porém, não foram dirigentes que fizeram parte fundamental de processos revolucionários vitoriosos. Quer dizer que não contam, nem com a experiência política, nem com determinados atributos da “velha guarda”, que a identificou com o movimento revolucionário latinoamericano - características essas que são produto de condições históricas da luta de classes. Representam, isto sim, o conservadorismo burocrático de seus antecessores. É inegável a separação do aparelho estatal e partidário das massas, que padecem com o atraso econômico, e observam os privilégios da casta dirigente.

Relação entre a direção e as massas

A “Resolução sobre os Objetivos de Trabalho” estabelece: 1) fortalecer a coesão ideológica, e estreitar a relação da direção com os militantes, 2) democratizar o funcionamento das diversas instâncias organizativas internas; 3) aplicar uma seleção rigorosa de militantes e dos quadros responsáveis de direção. Propõe ainda: 4) ampliar o ativismo político do PCC nas redes e mídias digitais e 5) incorporar à tomada de decisões de governo as “organizações de massas”.

Essas proposições indicam a existência de enorme pressão das bases sobre a burocracia de Estado. Para vigorar a democratização das relações entre bases e direção partidária, no entanto, se deve extinguir o centralismo burocrático, e instituir o centralismo democrático. O somente será possível com uma revolução política. Trotsky demonstrou que a reforma de regimes dessa natureza social se esgotou, quando o estalinismo passou ao campo da contrarrevolução burguesa. A burocracia herdeira do castro-estalinismo assumiu a condução da restauração capitalista, e manobra com a democratização para cumprir esse objetivo, em meio à inevitável resistência dos trabalhadores.

É a preservação dessa posição social que lhe permite se elevar por cima das condições de vida das mais amplas massas, lhe outorga seus privilégios de casta, e lhe permite submeter o aparelho

de Estado a seus interesses. É o que alertou o próprio Raúl Castro, quando disse que se observava com frequência que a seleção de quadros se realizava com base em critérios administrativos ou de relações e confianças pessoais. E que o partido se acostumou a dirigir sem consultar as massas.

A propriedade privada e a social representam dois sistemas antagônicos. Deles resultam a violenta luta de classes. Dizer que se complementam, não passa de falsificação.

Raul Castro alertou, ainda, sobre o crescimento de novos militantes entre maiores de 40 anos; enquanto caía entre a juventude. Revelava, desse modo, até que ponto a burocracia afoga a potencialidade criadora da juventude, e afunda o partido em um regime aniquilador de toda iniciativa revolucionária.

É certo que instintivamente as massas cubanas continuam a defender as conquistas revolucionárias. Suas condições de vida deram um salto à frente, com a propriedade social, a planificação da economia e o acesso à saúde e educação universal. E apesar do racionamento, nunca deixaram de contar com o mínimo indispensável. Mas, após décadas de privações, e sem contar com organismos para decidir democraticamente sobre os rumos do país, criou-se um abismo entre as massas e o partido.

O VIII Congresso propôs superar essas contradições, recorrendo à combinação de métodos plebiscitários com a formação de espécies de “órgãos consultores” da população, ligados ao aparelho de governo. Essa via consta da nova Constituição, que, agora, o VII Congresso ratifica. Os burocratas pretendem fazer crer às massas que passarão a ter maior poder de decisão, quando, na verdade, se mantém a centralização ditatorial, disfarçada com métodos democrático-burgueses.

Rumos da restauração capitalista

A propriedade privada e a social representam dois sistemas antagônicos. Deles resultam a violenta luta de classes. Dizer que se complementam, não passa de falsificação. A história, porém, demonstrou que as condições de isolamento podem obrigar a recuar, e admitir limitadamente a propriedade e o comércio burgueses, para transitoriamente erguer a economia em ruína, e assim sustentar a revolução. Foi, nesse sentido, que os bolcheviques, sob a direção de Lênin, admitiram temporariamente a comercialização capitalista dos produtos agrícolas: a Nova Política Econômica (NEP). Mas, Lênin alertava que se tratava de uma concessão para evitar uma ruptura entre a produção industrial e agrícola, relação

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

sobre a qual se baseava a aliança operária e camponesa. E que, passada a situação que obrigava a realizar tal manobra, deviam-se reatar os elos das relações socialistas entre campo e cidade, e as políticas entre o operariado e o camponês.

Desde que aprovada a nova Constituição em Cuba, pelo contrário, se vêm ajustando a legislação e jurisprudência aos objetivos da restauração da propriedade privada. O VIII Congresso culmina essa obra, adaptando o partido a esses objetivos. A defesa de Raúl Castro – apoiada por todo o pleno do Congresso – de que não se permitiria a restauração capitalista, como se vê, não passa de palavra.

O monopólio do comércio exterior está ameaçado pelo reconhecimento “do papel do mercado” como princípio regulador da produtividade, a produção agrícola e o comércio. E, uma vez que o mercado nacional é um elo do mundial, dominado pelo imperialismo, a propriedade privada – não importa em última instância qual seja o seu tamanho – passará a determinar os rumos econômicos e a empurrar as empresas estatizadas a ampliarem a produtividade, reduzindo os salários e destruindo direitos. O que, aliás, já está colocado pela implementação dos incentivos salariais atados à produtividade. Assim como no “Código do Trabalho”, que facilita a demissão “sem justa causa”, e estende a jornada de trabalho de 8 para 9 horas nas empresas e comércios estatais (no setor privado, pode-se estender a 12 horas).

Essas condições permitem à propriedade privada dinamitar os cimentos da propriedade social, e, ao mercado, atingir o monopólio do comércio exterior e a planificação da economia. As relações trabalhistas adaptam-se às relações de produção capitalistas. Enquanto o PCC adapta-se à caricatura de democracia burguesa. Esse é o curso real do país, por trás da retórica “socialista” da burocracia.

Programa e métodos revolucionários

O fechamento do VIII Congresso conclui um ciclo histórico, quando o PCC se erguia como instrumento para a burocracia usu-

Cuba

fruir da revolução, e abre outro, cuja essência é instrumentar a restauração capitalista, dirigida e controlada pela burocracia, que abandona as posições do passado.

De forma que o PCC já não pode ser reformado, e tampouco haverá como a classe operária e os camponeses valerem-se dos métodos democrático-burgueses para derrotá-la, e barrar o avanço das relações de produção e propriedade burguesas no país. Assimilar essa lição histórica é, sem dúvida, a mais difícil para as massas, que padecem da crise de sua direção revolucionária.

É imprescindível tirar as conclusões necessárias. A experiência histórica ensina que não há como assimilar as duras experiências e defender a revolução, sem que o proletariado cubano assuma a direção da economia e do Estado, apoiado sobre a maioria nacional em luta contra o imperialismo e a burocracia contrarrevolucionária. Sobre essa base, há que se constituir e soldar a aliança operária e camponesa, cimentada na democracia proletária. Nesse percurso, se forjará a vanguarda operária, e constituirá seu próprio partido, marxista-leninista-trotskista, independente e oposto à burocratização organizativa e à corrupção ideológica do PCC.

Todos os partidos que reconhecem a defesa da revolução e a propriedade social dos meios de produção como trincheiras da luta pelo socialismo devem estar à frente da classe operária, camponesa e da juventude cubanas e latino-americanas, contra a burocracia e a restauração capitalista. É uma tarefa irrenunciável, se se quer defender a revolução contra seus liquidadores, de dentro e fora do país. O combate ao cerco econômico dos Estados Unidos à Cuba depende da organização da frente única anti-imperialista em cada país latino-americano. Para isso, é muito importante que se rompa a política da burocracia cubana, de procurar uma acomodação ao governo de Biden, e continuar travando a luta anti-imperialista. A defesa das conquistas da Revolução Cubana faz parte do programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, e do combate anti-imperialista das massas continentais contra a opressão monopolista.

Biden fecha as portas à burocracia castrista

No VIII Congresso, Raúl Castro confirmou que o governo cubano “ratifica sua vontade de impulsionar o diálogo respeitoso com os EUA”. Mas, “sem concessões inerentes à soberania e independência” nacionais. A normalização das relações cubano-estadunidenses comparece como necessária à política exterior da burocracia, para garantir os investimentos estrangeiros, e enfrentar o desabastecimento crônico e a falta de insumos necessários para combater a pandemia.

Mas, Biden confirmou que não haverá mudanças na política exterior em relação a Cuba. Continuará a vigorar o bloqueio comercial, que vem sanando o país, com uma perda esti-

mada no valor de US\$ 114 bilhões em quatro décadas.

Assim como o castrismo recorre à experiência chinesa para controlar o processo de restauração capitalista, preservando a posse da parte da propriedade social, o imperialismo norte-americano recorre à mesma experiência para exigir a remoção de qualquer obstáculo ao avanço da restauração e dos interesses do imperialismo.

É o que parece confirmar o próprio Raúl Castro, em seu informe ao plenário do Congresso, quando diz que o governo Biden mantém o bloqueio, e obriga o governo cubano a recorrer “a mercados afastados”, para driblar “as proibições do bloqueio”. Esse mecanismo acaba por encarecer, afirmou,

os pagamentos dos empréstimos aos credores e agrava a situação social das massas na pandemia, ao dificultar a compra da maioria de insumos necessários para estancar a crise sanitária.

Para resolver a situação, Raúl Castro defende que se devem dar passos às “reformas estruturais” pró-capitalistas. Absolutamente não! Para enfrentar a catástrofe sanitária, a classe operária cubana, os camponeses e demais trabalhadores devem erguer seu próprio programa emergencial, e submeter ao seu controle todos os recursos técnicos, científicos e humanos da propriedade coletiva e a economia estatizada. Defenderão suas vidas, lutando por preservar as conquistas revolucionárias.

Sobre o “socialismo em um só país”

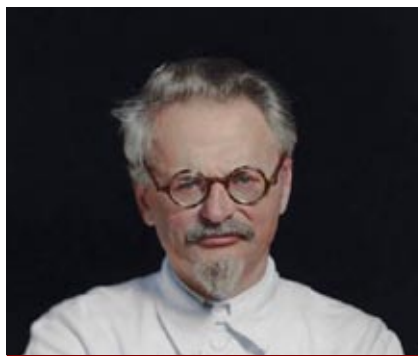
Publicamos uma das respostas dada por Trotsky ao Comitê de Relações Culturais para a América Latina, em 23 de julho de 1939, que foi intitulada “Nas Vésperas da Segunda Guerra Mundial”.

“Pergunta: O Sr. ainda acredita ser impossível a revolução socialista em um só país, sem a participação mundial?”

Resposta: Acredito que há um mal entendido na formulação da pergunta. Eu nunca afirmei que é impossível a revolução socialista em um só país. Na União Soviética fizemos uma revolução socialista. Eu participei dela. A revolução socialista implica a tomada do poder por uma classe revolucionária, o proletariado. Evidentemente, que não se pode realizar simultaneamente em todos os países. Cada país, de acordo com suas condições, tem seu momento histórico. A revolução socialista, não só é possível, como inevitável, em cada país. O que eu afirmo é que é impossível construir uma sociedade socialista no marco do mundo capitalista. É um problema diferente, absolutamente diferente.

Pergunta: Por acaso o grande progresso econômico da União Soviética nos últimos cinco anos não demonstra a viabilidade da construção de um Estado socialista no mundo capitalista?

Resposta: Prefiro interpretar a sua pergunta em referência à “construção de uma sociedade socialista”, não de um Estado socialista, uma vez que a tomada do poder pelo proletariado significa a criação do Estado socialista. O Estado socialista é somente uma ferramenta para a criação da sociedade socialista, uma vez que esta implica a abolição do Estado, por considerá-lo um



A revolução socialista não só é possível como inevitável em cada país. O que eu afirmo é que é impossível construir uma sociedade socialista no marco do mundo capitalista. É um problema diferente, absolutamente diferente.

instrumento próprio da barbárie. Todo Estado é uma sobrevivência da barbárie. A pergunta, na realidade, significa se o progresso econômico dos últimos cinco anos não demonstra a possibilidade de construir uma sociedade socialista no mundo capitalista.

Segundo minha opinião, não. Não o vejo assim, porque o progresso econômico não é o mesmo que o socialismo. A América do Norte, os Estados Unidos, alcançou ao longo de sua história um progresso econômico grandioso sobre fundamentos capitalistas. O socialismo significa a igualdade progressiva e a abolição progressiva do Estado. O Estado é um instrumento de submissão. A igualdade implica a abolição do Estado. Durante esses cinco anos, na União Soviética, junto ao indiscutível progresso econômico, cresceu terrivel-

mente a desigualdade, e houve um tremendo reforço do Estado. O que significam os processos de Moscou do ponto de vista da desigualdade e da abolição do Estado? Duvido que haja uma só pessoa que acredite que houve justiça neles. Em Moscou, durante os últimos anos, se expurgaram 100 mil pessoas, exterminou a Velha Guarda do Partido Bolchevique, generais, melhores oficiais, melhores diplomatas, etc. Não se aboliu o Estado. Existe, e o que é esse Estado? É a submissão do povo pelo aparato, pelo novo poder, pela nova casta, pelo novo dirigente; a burocracia agora é uma classe privilegiada. Não é o socialismo, e essa casta não se está debilitando. Nega-se a morrer. Prefere matar os demais. Inclusive os melhores elementos do exército, o instrumento de sua própria defesa.

Não digo que se deva estabelecer imediatamente uma igualdade absoluta. Isso não é possível. Mas a tendência geral teria de ser da vil desigualdade burguesa para a igualdade. No entanto, a tendência atual é absolutamente oposta. Se se fizerem estatísticas, se comprovaria que os estratos superiores da sociedade soviética vivem como a alta burguesia dos Estados Unidos e Europa, a classe média, como a burguesia mediana, e os operários, pior que os de um país como os Estados Unidos. A revolução significou para a Rússia um progresso econômico. Sim, é absolutamente indiscutível. Mas isso não é socialismo. Está muito longe de sê-lo. Afasta-se cada vez mais do socialismo.

(Leon Trotsky, Escritos, tomo XI, 1939-1940, vol. 1, Editorial Pluma)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas, nº 634, expusemos o agravamento da crise política no interior do Partido Comunista Russo, em torno ao entendimento sobre o lugar dos sindicatos na situação pós-revolucionária, o seu papel na

construção do socialismo e a sua função originária de defesa da classe operária. Explicitamos o choque de Lênin com Trotsky e Bukharin. As divergências caminharam para o perigoso caminho de uma divisão nos sindicatos, e no próprio partido. Essa avaliação obrigou Lênin a se lançar duramente contra o folheto de Trotsky “O Papel e as Tarefas dos Sindicatos”, e as posições “amortizadoras” de Bukharin.

O fato de a “organização de Petrogrado fazer um chamado ao partido contra a plataforma de Trotsky e o Comitê de Moscou formular uma contradecaração”, publicada no Pravda de 13 de janeiro de 1921, confirmou o avanço das divergências para o movimento fracional. Lênin chama a atenção para a necessidade de Trotsky e Bukharin superarem seus erros, para evitar a configuração de frações, em um momento tão crucial para a reativação da indústria e da economia em geral. Diz Lênin, referindo-se ao pronunciamento de Petrogrado e Moscou: “Significa passar da luta entre frações, formada desde cima, à intervenção de organizações mais de base (...). Fato curioso, o Comitê de Moscou advertiu que era ‘perigoso’ que a organização de Petrogrado apresentasse uma plataforma, mas se negou considerar que era perigoso que o camarada Trotsky formasse uma fração em 25 de dezembro!!”.

A comissão sindical, da qual Trotsky se negou a participar, publica o folheto “Projeto de Resolução do X Congresso do PCR sobre o papel e as tarefas dos sindicatos”, em 14 de janeiro. Lênin assina essa plataforma, preparando o enfrentamento que se daria no X Congresso. Em 16 de janeiro, Bukharin divulga a sua plataforma, assinada por um grupo de camaradas. O mesmo faz Saprónov, intitulada “Um grupo de camaradas partidários do centralismo democrático”, cuja transcendência era nula.

O X Congresso aprovará as teses de Lênin, pondo fim às polêmicas. Mas, é importante extrair as críticas e as formulações fundamentais de Lênin. A posição “amortizadora” de Bukharin ocupou o lugar de direita, ao lado do agrupamento sindicalista do grupo Centralismo Democrático. Assim descreve Lênin: “Vemos aqui, por um lado, maior coesão (pois a plataforma dos nove membros do CC concorda em tudo com a resolução da V Conferência de toda a Rússia de Sindicatos; e por outro, desacordo e decomposição, chegando-se ao cúmulo da decomposição ideológica com as teses de Bukharin e companhia. Temos aqui uma dessas ‘viradas’ daqueles que, em outros tempos, diziam os marxistas que eram ‘não tanto históricos como histéricos’. Na tese 17, diz: (...) ‘neste momento, é necessário que esses candidatos sejam obrigatórios’ (isto é, os candidatos dos sindicatos para as ‘administrações superiores e conselhos centrais’ correspondentes).

Lênin conclui: “Isso é um rompimento total com o comunismo e a passagem para posições do sindicalismo. Isto é, no fundo, uma

repetição da consigna de Shliápnikov, de ‘sindicalismo de Estado’, o que significa transferir gradualmente o aparato do Conselho Superior de Economia Nacional para os sindicatos correspondentes. Isto é: ‘eu proponho candidatos obrigatórios’, é exatamente o mesmo que dizer ‘eu designo’. E continua: “O comunismo diz: O partido comunista, a vanguarda do proletariado, dirige a massa apartidária de operários, educando, preparando, ensinando e disciplinando as massas (‘escola’ de comunismo) – primeiro aos operários e depois aos camponeses – a fim de capacitá-las para que, eventualmente, possam concentrar em suas mãos a direção de toda a economia nacional. O sindicalismo entrega à massa de operários apartidários, que estão divididos nas distintas indústrias, a direção de suas indústrias (‘as administrações superiores e os conselhos centrais’), transformando assim o partido em algo supérfluo, e sem levar a cabo uma campanha prolongada, nem para educar as massas, nem para concentrar realmente em suas mãos a direção de toda a economia nacional. (...) “Para que serve um partido, se aqueles que irão dirigir a indústria serão designados (‘candidatos obrigatórios’) por sindicatos, as 9/10 partes de cujos membros são operários apartidários? Lógica, teórica e praticamente, Bukharin com suas palavras, se torna cúmplice de uma divisão no partido, ou melhor, de um rompimento dos sindicalistas com o partido.

Concentrando o ataque em Bukharin, Lênin desfoca a discussão com Trotsky, afirmando “que era o ‘chefe’ na luta, foi ‘distanciado’ e completamente ‘eclipsado’ por Bukharin, que modificou por completo o equilíbrio da luta, ao incorrer a um erro cem vezes maior que todos os de Trotsky juntos. Estava claro que, para Lênin, o problema já não estava tanto nos erros de Trotsky, de pretender submeter inteiramente os sindicatos ao Estado soviético, mas do sindicalismo, para o qual descambou Bukharin.

Lênin encerra o documento “A Crise no Partido”, de 19 de janeiro de 1921, referindo-se à justeza da plataforma defendida pela maioria dos membros do Comitê Central. “Até agora, nossa plataforma tem sido: não defender, mas corrigir os excessos da burocracia. A luta contra a burocracia é um trabalho longo e árduo. Os excessos podem e devem corrigir-se imediatamente. Aqueles que sabotam o prestígio dos trabalhadores militares e dos designados não são aqueles que assinalam os excessos prejudiciais e os corrige, senão aqueles que se opõem a que sejam corrigidos. Deste tipo eram os excessos de alguns partidários do Comitê Central do Transporte que, no entanto, continuarão sendo (...) trabalhadores valiosos. Não é necessário molestar os sindicatos, inventando divergências com eles, quando estão determinados e propensos a tudo o que é novo, prático e eficaz a respeito das tarefas dos sindicatos na produção”.

Lênin concluirá suas formulações redigindo um folheto denominado “Uma vez mais acerca dos sindicatos, da situação atual e os erros de Trotsky e Bukharin”. Estavam preparadas as condições políticas para que o X Congresso decidisse sobre as plataformas e as divergências.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIV, Akal Editor)